

ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas e Projeções Fiscais
(Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000)

Discriminação	2001		2002		2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	243.369,9	19,56	265.260,8	19,56	288.415,3	19,56
II. DESPESA TOTAL	211.020,1	16,96	235.425,8	17,36	261.874,0	17,76
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	32.349,8	2,60	29.835,1	2,20	26.541,3	1,80
IV. RESULTADO NOMINAL	-15.900,0	-1,28	-4.200,0	-0,31	-5.300,0	-0,36
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	355.600,0	28,02	362.200,0	26,27	374.900,0	25,14

R\$ milhões médios de 2000

Discriminação	2001		2002		2003	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	231.166,8	19,56	242.898,3	19,56	255.825,5	19,56
II. DESPESA TOTAL	200.439,1	16,96	215.578,4	17,36	232.283,3	17,76
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	30.727,7	2,60	27.319,8	2,20	23.542,2	1,80
IV. RESULTADO NOMINAL	-15.102,7	-1,28	-3.845,9	-0,31	-4.701,1	-0,36
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	337.769,3	28,02	331.665,1	26,27	332.537,8	25,14

ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas e Resultados Fiscais
(Artigo 4º, Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

R\$ milhões correntes

Discriminação	Lei 98		Realizado 98		Lei 99		Realizado 99		PLO 2000	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA TOTAL	183.541,3	19,7	183.980,4	20,4	200.848,4	22,1	211.167,9	20,9	229.215,7	21,3
II. DESPESA TOTAL	180.548,5	19,4	178.396,7	19,8	184.621,9	20,3	188.950,1	18,7	200.752,5	18,7
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	2.992,8	0,3	5.429,5	0,6	16.226,6	1,8	21.474,4	2,1	28.463,2	2,6
IV. RESULTADO NOMINAL			49.361,0	5,5			66.209,0	6,6		0,0
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL			231.267,0	25,4			316.222,0	28,8		

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Desde 1998, o objetivo explícito da política fiscal tem sido a estabilização da dívida pública. A interrupção na trajetória de crescimento da razão dívida/PIB é essencial para garantir a trajetória decrescente da taxa de juros, viabilizando a retomada do crescimento econômico com estabilidade de preços. Este objetivo presidiu a fixação das metas fiscais para o período 1999-2001, no âmbito do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF). As metas estabelecidas na LDO para o triênio 2001-2003, tal como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, são coerentes com estes objetivos.

A meta de superávit primário do Governo Central proposta para 2001 foi fixada em 2,60% do PIB e definida no âmbito do PEF de outubro de 1998, o qual introduziu mudanças fundamentais no regime fiscal do país. Naquela ocasião, conjuntamente com a Agenda de Trabalho – medidas estruturais e mudanças institucionais que visam dar forma apropriada às decisões, procedimentos e práticas fiscais no futuro –, estabeleceu-se o Plano de Ação 1999-2001, onde foram fixadas metas de superávit primário do setor público consolidado em níveis compatíveis com a estabilização da relação dívida / PIB no final do triênio. Em função deste objetivo, as metas para o triênio 1999-2001 são mais elevadas quando comparadas tanto aos resultados observados como às metas propostas para os anos anteriores, notadamente 1998.

Para os anos de 2002 e 2003, as metas aqui definidas prevêm a manutenção do esforço fiscal, traduzido na obtenção de superávites primários que permitam a estabilização da dívida pública como proporção do PIB. Dessa forma, as metas foram fixadas em 2,2% e 1,8% do PIB, respectivamente, para 2002 e 2000.

Variáveis macroeconômicas utilizadas na projeção			
	2001	2002	2003
Taxa de câmbio (R\$/US\$ - dez)	1,8	1,86	1,89
Taxa de inflação (% a.a.)	4	3,5	3
Taxa de juros nominal (% a.a.)	14,85	12,32	11,25
PIB (crescimento real %)	4,5	5	5
Reconhecimentos Passivos - Privatização (R\$ bilhões)	-8,5	0	0
Dívida Líquida Governo Central (% PIB)	25,55	24,6	22,79
Resultado Primário Governo Central (% PIB)	2,6	2,2	1,8
Resultado Nominal Governo Central (% PIB)	0,95	0,4	0,46

O resultado nominal foi estabelecido a partir das metas de superávit primário e das hipóteses de juros nominais e taxa de câmbio. As projeções para os resultados nominais apontam para pequenos déficits: 0,95, 0,40 e 0,46% do PIB em 2001, 2002 e 2002, respectivamente. Ao mesmo tempo, a dívida líquida do Governo Central apresenta uma redução no período: de 25,55% do PIB em 2001 para 22,79 % do PIB em 2000.

É importante ressaltar que tanto os valores de déficit nominal quanto os de dívida dependem diretamente das hipóteses macroeconômicas consideradas. Uma variável crítica para a

determinação do estoque de dívida é a taxa de câmbio, dado que cerca de 40% da dívida bruta do setor público depende diretamente da mesma. Assim, uma eventual desvalorização da taxa de câmbio pode representar uma maior nível de dívida para os próximos anos. Ademais, a discrepância entre o IGP-DI e o deflator implícito do PIB em 1999, em decorrência da mudança cambial, deverá redundar em uma elevação da dívida/PIB, possivelmente em mais de um ponto percentual, quando o deflator implícito for divulgado, em agosto deste ano. Por fim, os diversos passivos contingentes apresentados no Anexo de Riscos Fiscais podem também contribuir para um aumento do estoque de dívida. Assim, embora o nosso cenário básico contemple uma queda da razão dívida/PIB, a definição das metas de superávit primário levou em conta a possibilidade de ocorrência dos vários fatores mencionados acima.

Em relação aos níveis projetados de receitas e despesas, consideramos uma redução da receita em percentagem do PIB em 2001, devido à diminuição da arrecadação de alguns tributos, a exemplo da alíquota de CPMF (de 0,38% para 0,30%) e à redução da receita de concessões. Para 2002 e 2003, projeta-se uma estabilidade da arrecadação como proporção do PIB. O nível de despesas foi, então, ajustado de forma a garantir a obtenção dos superávites primários propostos.

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso I da Lei Complementar nº 101/2000)

O Programa de Estabilidade Fiscal, proposto à Nação em outubro de 1998, consiste no marco orientador do processo de transformação do regime fiscal brasileiro, composto por dois conjuntos de iniciativas: medidas de natureza estrutural e institucional que objetivam promover o equilíbrio fiscal definitivo das contas públicas, na velocidade necessária para assegurar o crescimento econômico sustentado e a consolidação da estabilidade monetária, e um programa fiscal de curto prazo que visa a obtenção de superávits primários crescentes, e suficientes, para estabilizar, ao final do período, a relação entre a dívida líquida consolidada do setor público e o Produto Interno Bruto no nível de 46,5% do PIB.

Neste programa estabeleceram-se metas de superávit primário do setor público consolidado para o período 1999-2001 muito superiores aos resultados observados entre 1995 e 1998, e introduziu-se uma prática de compromissos com resultados fiscais até então inédita na história do país.

A meta original estabelecida para o superávit primário do Governo Central em 1999, tal como fixada na lei orçamentária, era de R\$ 16,2 bilhões. Com o agravamento da crise internacional, a acentuada instabilidade dos mercados e a alteração do regime cambial no início de 1999, os critérios de desempenho foram ajustados ao novo contexto e às novas projeções para o desempenho da economia brasileira, mas não foi fixada uma nova meta específica para o Governo Central. O resultado obtido, de R\$ 21,5 bilhões, superou largamente a meta original, contribuindo decisivamente para a estabilização da dívida líquida como proporção do PIB.

Merece menção o fato de que, em relação ao ano de 1998, o superávit primário do Governo Central passou de 0,6% do PIB para 2,13% do PIB em decorrência das medidas associadas ao Programa de Estabilidade Fiscal, que proporcionaram grande reforço na receita (crescimento real de 2,0% em relação ao ano anterior) e queda na despesa (5,4% em termos reais). Este excelente resultado contribuiu para que o déficit nominal crescesse apenas 1,1 ponto percentual do PIB na comparação com o ano de 1998, a despeito da elevação dos juros e da desvalorização da moeda nacional. Já a dívida interna líquida do Governo Central permaneceu praticamente estável, em proporção do PIB, de modo que a elevação de 3,3 pontos percentuais do PIB observada na dívida líquida total do Governo Central deve-se ao crescimento da dívida externa motivado pela desvalorização média de 56% da moeda nacional.

Em suma, o Governo Central vem conduzindo com êxito o seu programa de ajuste fiscal.

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo das metas anuais

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso II da Lei Complementar nº 101, de 2000)

A meta de superávit primário do Governo Central proposta para 2001 é de 2,60% PIB, tal como apresentado no quadro anexo. Esta meta foi definida no âmbito do Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), proposto inicialmente em outubro de 1998, introduzindo mudanças fundamentais no regime fiscal do país. Conjuntamente com a Agenda de Trabalho – medidas estruturais e mudanças institucionais que visam dar forma apropriada às decisões, procedimentos e práticas fiscais no futuro -, estabeleceu-se o Plano de Ação 1999-2001, onde foram fixadas metas de superávit primário do setor público consolidado em níveis compatíveis com a estabilização da relação dívida/PIB no final do triênio. Em função deste objetivo, as metas para o triênio 1999-2001 são mais elevadas quando comparadas tanto aos resultados observados como às metas propostas para os anos anteriores, notadamente 1998.

Para os anos de 2002 e 2003, as metas aqui definidas prevêm a manutenção do esforço fiscal, traduzido na obtenção de superávits primários que permitam a estabilização da dívida pública como proporção do PIB. Dessa forma, as metas aqui propostas foram fixadas em 2,2% e 1,8% do PIB, respectivamente, para 2002 e 2003. Estes valores devem ser vistos como indicativos, podendo ser revistos em função da própria trajetória do endividamento e das variáveis que o determinam.

Dado o superávit primário, a trajetória da relação dívida/PIB é basicamente determinada pela evolução da taxa de câmbio, da taxa de juros real e da taxa de crescimento real da economia. Para uma dada taxa de câmbio, o crescimento da dívida será maior quanto maior for a taxa de juros real e menor a taxa de crescimento real da economia, para o mesmo resultado primário. Com um cenário de crise internacional e diminuição da credibilidade externa, a economia brasileira viveu, em 1998 e 1999, um período de taxa de juros reais elevadas e de baixa taxa de crescimento (em 1999, apesar de baixa, foi substancialmente maior que a maioria das previsões, mostrando uma excelente resposta da economia brasileira à mudança de regime cambial). Para os próximos anos, o cenário macroeconômico prevê continuidade da queda da taxa de juros e recuperação sustentada do crescimento econômico, o que, em conjunto com o cumprimento das metas até 2001, possibilitará estabelecer metas menores para 2002 e 2003, sem comprometer a trajetória desejada da razão dívida/PIB. É importante lembrar que a própria estabilização da dívida /PIB colabora para a redução dos juros reais necessários e posterior superávit primário requerido. Assim, o esforço fiscal inicial realizado durante o triênio 1999-2001 terá sido fundamental para que possamos definir metas de menores superávits primários.

Em relação aos níveis projetados de receitas e despesas, consideramos uma redução da receita em percentagem do PIB em 2001, devido a diminuição da arrecadação de alguns tributos, a exemplo da alíquota de CPMF (de 0,38% para 0,30%) e redução da receita de concessões. Para 2002 e 2003, projeta-se uma estabilidade da arrecadação como proporção do PIB. O nível de despesas foi ajustado de forma a garantir a obtenção dos superávits primários propostos.

As projeções para os resultados nominais, por sua vez, apontam para pequenos déficits: 1,28, 0,31 e 0,36% do PIB em 2001, 2002 e 2003, respectivamente. Ao mesmo tempo, a dívida líquida do Governo Central apresenta uma pequena redução no período: de 28,02% do PIB em 2001 para 25,14 % do PIB em 2003.

A dívida líquida do Governo Central é igual à sua dívida bruta (incluindo a base monetária), líquida de seus ativos financeiros. A dívida líquida total do Governo Central é medida pelo conceito de competência (incluindo juros vencidos e não pagos) para a componente interna da dívida, e pelo conceito de juros devidos (competência contratual) para a componente externa da dívida.

Assim, a trajetória da dívida líquida nos mostra que as metas propostas para o resultado primário, conjuntamente com o cenário projetado, são suficientes para impedir o crescimento da dívida, mantendo uma política fiscal responsável.

ANEXO DE METAS FISCAIS
Patrimônio Líquido da União
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1999		1998		1997	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio/Capital	67.918	40,4	139.997	65,4	181.823	91,2
Reservas	5.844	3,5	3.608	1,7	8.062	4,0
Resultado Acumulado	94.258	56,1	70.575	33,0	9.450	4,7
TOTAL	168.021	100,0	214.179	100,0	199.335	100,0

FONTE - Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

ANEXO DE METAS FISCAIS
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.97

R\$ mil

FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTORICO
	0		Saldo de Exercícios Anteriores
F	1.516.622		Primeiras parcelas da Banda B
O	924		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
N	570		Outras receitas
T	1.518.116		Total ingressos
E			
1		936.463	Amortização da Dívida Interna
2		33.338	ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97)
9		969.801	Total utilizado
	548.315		Saldo para o Exercício Seguinte
<hr/>			
	73.841		Saldo de Exercícios Anteriores
F	1.559		Rede Ferroviária Federal S/A - Malha Sul
O	1.650.331		Companhia Vale do Rio Doce - CVRD
N	692		Outras receitas
T	1.652.582		Total ingressos
E			
1		1.650.246	Amortização da Dívida Interna
6		1.650.246	Total utilizado
3			
	76.177		Saldo para o Exercício Seguinte
<hr/>			
T	73.841		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
O	3.170.698		TOTAL DE INGRESSOS
T	2.620.047		UTILIZADO NO PERÍODO
A	624.492		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
I			
S			

* Desestatizações ocorridas em 1997 e outros exercícios

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN.

ANEXO DE METAS FISCAIS
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.98

R\$ mil

FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	548.315		Saldo de Exercícios Anteriores
			TESOURO NACIONAL
	1.335.461		Primeiras parcelas da Banda B (Áreas 3,4,5 e 6)
	2.705.710		Antecipações de financiamentos-Banda B (Áreas 1,7,9 e 10); 1ª parcela da Área 2
	2.353		Malha Paulista
	5.280		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
	40.832		Outras receitas
	4.089.636		Sub-total Ingressos - Tesouro Nacional
			ANATEL/FISTEL
	24.483		Valor ingressado para a ANATEL, conforme determinado pela Portaria Interministerial dos Ministérios da Fazenda e das Comunicações nº 209, de 13/8/98.
F	24.483		Sub-total Ingressos - ANATEL/FISTEL
O			
N	4.114.119		Total ingressos
T			
E			TESOURO NACIONAL
		1.984.058	Amortização da Dívida Interna
1		55.249	ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97)
2		1.480.370	Minist. Previd. e Assist. Social (Lei nº 9.751, de 16.12.98 e MP nº 1.785, de 29.12.98)
9		431.483	Minist. Educação e Desporto-MEC (Lei nº 9.598, de 30.12.97 e Decreto de 24.6.98)
		102.000	Justiça do Trabalho (Lei nº 9.723, de 30.11.980)
		3.654	Ministério dos Transportes (Lei nº 9.747, de 16.12.98 e Decreto de 21.12.98)
		70	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.598, de 30.12.97)
		581.066	Reclassificado p/Fonte 197 - Apropriação de Superávit
		4.637.951	Sub-total utilizado - Tesouro Nacional
		24.483	ANATEL/FISTEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97 e Portaria Intermin.MF/MC nº 209, de 13.8.98)
		24.483	Sub-total utilizado - ANATEL/FISTEL
		4.662.434	Total utilizado
	0		Saldo para o Exercício Seguinte
	76.177		Saldo de Exercícios Anteriores
F	8.800.000		Sistema Telebrás
O	860.399		Gerasul
N	4.489		Banco Meridional alienado em 1997
T	2.694		Outras receitas
E	9.667.582		Total ingressos
		9.649.731	Amortização da Dívida Interna
1		9.649.731	Total utilizado
6			
3			
	94.028		Saldo para o Exercício Seguinte
T	624.492		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
O	13.781.701		TOTAL DE INGRESSOS
T	14.312.165		UTILIZADO NO PERÍODO
A	94.028		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
I			
S			

* Desestatizações ocorridas em 1998 e outros exercicios
 FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN.

ANEXO DE METAS FISCAIS
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.99

R\$ mil

FONTE	Valores Ingressados	Valores Utilizados	HISTÓRICO
	0		Saldo de Exercícios Anteriores
	2.401.702		Sistema Telebrás - Remanejado da Fonte 163
	8.188		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
	933.745		Banda B (Áreas 2,3,4 e 6)
	1.077.559		Outras receitas
F	4.421.194		Total ingressos
O		3.587.043	Amortização da Dívida Interna
N		2.000	Justiça do Trabalho (Lei nº 9.789, de 23.2.99)
T		5.234	Ministério dos Transportes (Lei nº 9.789/99)
E		44.954	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.789/99)
1		638.841	Ministério da Saúde (Lei nº 9.789/99)
2		5.948	Minist. Educação (Lei nº 9.789/99) - Cota Liberada pela Fonte 329
9		12.246	ANATEL (Lei nº 9.789/99, Lei nº 9.472, de 16.7.97) - Disponibilidade da ANATEL
		4.296.266	Total utilizado
	124.928		Saldo para o Exercício Seguinte
	94.028		Saldo de Exercícios Anteriores
F	1.665.910		Sistema Telebrás - Leilão/98
O	317.658		Sistema Telebrás -Ofertas aos Empregados
N	82.930		Gerasul - Ações remanescentes
T	1.058		Gerasul - Oferta aos Empregados
E	13.511		Participações minoritárias - Decreto 1.068/94
	11.966		Banco Meridional alienado em 1997
	56.599		Outras receitas
1	2.149.632		Total ingressos
6		2.214.477	Amortização da Dívida Interna
3		2.214.477	Total utilizado
	29.183		Saldo para o Exercício Seguinte
T	94.028		SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
O	6.570.826		TOTAL DE INGRESSOS
T	6.510.743		TOTAL UTILIZADO
A	154.111		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
I			
S			

* Desestatizações ocorridas em 1999 e outros exercícios
FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN.

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo da estimativa da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Quadro anexo contém a estimativa da renúncia de receita decorrente dos benefícios tributários para o ano de 2001.

O demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é objeto de artigo do texto da lei de diretrizes orçamentárias, que constará do projeto de lei orçamentária para 2001. Entende-se por despesa obrigatória de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

ANEXO DE METAS FISCAIS

**Consolidação dos Benefícios Tributários, por tipo de Receita para 2001
(Artigo 4º, Parágrafo 2º, Inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)**

Receita	Valor Estimado (milhoes de R\$)	Participação	
		PIB	Total dos benefícios
i. Imposto sobre Importação	1.047,0	0,08	5,7
ii. Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza	13.716,7	1,05	74,1
ii.a) Pessoa Física	11.403,5	0,88	61,6
ii.b) Pessoa Jurídica	2.298,0	0,18	12,4
ii.c) Retido na Fonte	15,3	0,00	0,1
iii. Imposto sobre Produtos Industrializados	2.437,6	0,19	13,2
iii.a) Operações Internas	1.774,0	0,14	9,6
iii.b) Vinculado à Importação	663,7	0,05	3,6
iv. Impostos sobre Operações Financeiras	71,3	0,01	0,4
v. Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	18,7	0,00	0,1
vi. Contribuição Social para o PIS-PASEP	157,7	0,01	0,9
vii. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	56,9	0,00	0,3
viii. Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	877,1	0,07	4,7
ix. Adicional ao Frete p/ Renovação da Marinha Mercante	121,3	0,01	0,7
TOTAL DOS BENEFÍCIOS	18.504,3	1,42	100,0

Fonte: Secretaria da Receita Federal

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

(Artigo 4º, Parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

O Brasil já avançou muito na direção de um regime fiscal responsável. As mudanças institucionais, que visam tornar possível o alcance do equilíbrio fiscal do longo prazo, vêm ocorrendo há mais de uma década. A reforma da previdência e a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal estão entre os principais avanços recentes. Enquanto a primeira ataca uma das maiores fontes de desequilíbrio fiscal no Brasil, a segunda é um instrumento chave para permitir a sustentabilidade do ajuste fiscal no longo prazo, através da definição de princípios, normas e limites que permitirão a consolidação definitiva da cultura da questão fiscal responsável no país.

Além do avanço nas reformas estruturais, houve uma mudança de política fiscal introduzida pelo Programa de Estabilização Fiscal (PEF). As medidas de curto prazo incluídas no programa visavam o cumprimento de metas estabelecidas de superávit fiscal para os três anos subsequentes, compatíveis com a estabilização da relação dívida/PIB no final do triênio. As metas de superávit fiscal vêm sendo sistematicamente cumpridas, de forma que os resultados obtidos desde o último trimestre de 1998 diferem em muito dos resultados de anos anteriores, mostrando um comprometimento com o ajuste fiscal jamais visto no país.

Com o cumprimento de metas fiscais, a conseqüente estabilização da razão dívida/PIB e os avanços na institucionalização do ajuste fiscal já obtidos, poderíamos dizer que o País está em vias de conseguir sedimentar o equilíbrio fiscal. Existem, no entanto, riscos para a concretização deste cenário dentro do período esperado. Estes riscos estão concentrados, principalmente, em passivos contingentes derivados de uma série de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Este aumento do estoque, caso ocorresse, teria que ser compensado por um aumento do esforço fiscal, de forma a impedir a elevação da relação dívida/PIB.

É importante ressaltar que a listagem de passivos contingentes explicitados a seguir não implica ou infere probabilidade de ocorrência, mas apenas aponta os passivos que, se reconhecidos, teriam um maior impacto sobre a política fiscal.

Grande parte das ações contra a União se refere ao controle de preços ou à aplicabilidade de índices de correção que se alegam expurgados. Dentre estes passivos, talvez o mais importante e com maior impacto potencial seja a correção do saldo do FGTS nos planos de estabilização passados.

O FGTS é um fundo constitucional criado para garantir ao trabalhador uma indenização quando demitido, sendo uma poupança forçada, cuja contribuição é feita pelo empregador como uma porcentagem da folha salarial. As ações existentes pleiteiam a compensação financeira por supostas perdas monetárias ocorridas durante quatro planos de estabilização ocorridos entre 1987 e 1991. As atualizações monetárias utilizadas na época estão de acordo com a legislação vigente. Examina-se, neste momento, se esta é uma questão constitucional ou meramente legal e, naquilo em que se tratar de uma questão constitucional, se a legislação aplicada é compatível com a Constituição. A apreciação dessas questões constitucionais encontra-se hoje no Supremo Tribunal Federal, sendo aguardada a conclusão do julgamento.

Dois pontos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, se por acaso o governo vier a perder em algum dos planos, a perda financeira não ocorre de forma imediata, já que os depósitos dos trabalhadores junto ao FGTS só podem ser retirados em situações específicas, como demissão, compra de casa própria, respeitando algumas condições. Assim, teríamos um aumento do estoque da dívida, mas o gasto financeiro não ocorreria imediatamente. Em segundo lugar, como dito acima, está hoje em julgamento se a definição do índice aplicável aos períodos correspondentes aos planos econômicos é ou não uma questão constitucional e, em caso afirmativo, se a legislação correlata compatibiliza-se com a Constituição. Caso o Supremo Tribunal Federal entenda que essa matéria, total ou parcialmente, não constitui uma questão constitucional, a Corte simplesmente deixará de proferir qualquer juízo sobre a mesma, remanescendo para os Tribunais inferiores a definição dos índices de correção a serem utilizados. Ou seja, o julgamento do STF não implica a aplicação imediata dos índices sugeridos e, dependendo da decisão tomada, sequer a definição de quaisquer índices a serem aplicados. Dessa forma, é muito difícil avaliar o impacto fiscal deste passivo contingente.

Outro passivo contingente relacionado ao questionamento de índice de reajuste utilizado para correção monetária refere-se à correção dos cruzados bloqueados pelo Plano Collor, em março de 1990. A correção aplicada pelos bancos foi o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF), de acordo com a Lei n.º 8.024, de março de 1990. Os correntistas alegam que deveria ter sido aplicado o Índice de Preços ao Consumidor, de acordo com a Lei n.º 7.730, de 1989. Até o momento, o Superior Tribunal da Justiça tem decidido a favor da correção pelo BTNF. Recentemente, os correntistas recorreram ao Superior Tribunal Federal (STF). É importante ressaltar que, neste caso, não foi decidido quem deverá arcar com o ônus de uma eventual mudança no índice de correção: os bancos privados ou o Banco Central.

Há que se mencionar também um conjunto de ações relacionadas à responsabilidade civil do Estado. Ações movidas por companhias de aviação e por empresas do setor sucroalcooleiro reivindicam perdas derivadas dos reajustes de preços estipulados pelo setor público, do próprio controle de preços, assim como do controle da comercialização e distribuição do produto.

Por fim, há que fazer referência às ações de natureza trabalhista e tributária. Há aqui um amplo conjunto de demandas, muitas delas já julgadas, das quais vale fazer referência, dentro do critério anteriormente estabelecido, à ação que questiona a constitucionalidade do uso da taxa SELIC na correção dos impostos atrasados. Cumpre lembrar que passivos desta natureza já com sentença definitivas foram tratados como precatórios.

Existe, no entanto, uma grande dificuldade em se estimar o valor destes passivos contingentes. O valor da causa não é uma boa estimativa do que será efetivamente pago pela União no caso de uma eventual perda. Isto não só porque o valor pode ser acrescido de multas e correção monetária, como porque o valor a ser pago pode ser alterado na sentença, de forma que o valor liquidado normalmente difere em muito do valor da causa. Assim, não é possível fornecer estimativa precisa do valor dos passivos contingentes acima mencionados.

Devemos considerar, ainda, como passivo contingente as garantias concedidas pela União em operações de crédito. Uma grande parte destas garantias se refere a fianças e avais concedidos a empréstimos feitos por organismos internacionais. Neste caso, é importante lembrar que o valor pago tem sido muito pequeno em relação aos compromissos assumidos. Em 1999, por exemplo, a União foi obrigada a honrar apenas cerca de 3% da média dos

cômpromissos garantidos para um determinado ano, o que representou um montante de U\$ 73 milhões. Logo, apesar de estarem sendo consideradas neste Anexo, as garantias concedidas não representam um alto risco para as contas fiscais, dado o histórico recente.

A explicitação destes passivos contingentes neste anexo representa mais um passo importante rumo à transparência fiscal. No entanto, é importante ressaltar que as ações aqui citadas representam apenas passivos contingentes. Ou seja, ainda estão em julgamento, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela União. Ao contrário, a União vem despendendo um grande esforço no sentido de defender a legalidade de seus atos passados. Além disso, caso a União perca algum destes julgamentos, isto representará um esforço maior em busca de um ajuste fiscal. Isto porque o principal objetivo da política fiscal, qual seja, garantir a solvência do setor público no longo prazo, se mantém.

Além dos itens considerados acima, devemos considerar também os passivos da União ainda não contabilizados, mas que estão dentro do cronograma de reconhecimento futuro de passivos. Em 2001, espera-se reconhecer passivos no montante de R\$ 13,3 bilhões compostos da seguinte forma:

Passivos a serem reconhecidos em 2001 (R\$ milhões)	
FCVS	10.000
Dívidas originárias de extinção de entidades/órgãos da administração pública	2.807
Dívidas diretas	10
Dívidas originárias da criação de novos estados	455
Total	13.272

**PARÂMETROS E PROJEÇÕES PARA OS PRINCIPAIS AGREGADOS E VARIÁVEIS
DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL**
(Artigo 4º, Parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Em linhas gerais, o anexo à LDO encaminhado pelo Executivo explicitando os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial fornece o quadro da política econômica para os próximos anos. A grade de parâmetros adotada no estabelecimento das metas fiscais, reproduzida no quadro abaixo, fornece os parâmetros básicos com que se está trabalhando para os próximos anos; principalmente no que se refere a hipóteses de taxa de câmbio e taxa de juros.

Parâmetros macroeconômicos utilizados na projeção			
	2001	2002	2003
Taxa de câmbio (R\$/US\$ - dez)	1,8	1,86	1,89
Taxa de inflação (% a.a.)	4	3,5	3
Taxa de juros nominal (% a.a.)	14,85	12,32	11,25
PIB (crescimento real %)	4,5	5	5

É importante enfatizar que tratam-se de hipóteses de trabalho ou cenários para os próximos anos, e não de objetivos ou compromissos da política econômica.

O anexo à LDO também explicitou o compromisso com a livre flutuação da taxa de câmbio. Não há, portanto, compromisso com a manutenção de qualquer nível ou faixa de flutuação para a taxa de câmbio.

Em relação à política monetária, mostrou-se que o governo pretende continuar assegurando a consecução das metas inflacionárias. Em julho de 1999, quando foi instituído o regime formal de metas de inflação, foram fixadas as metas anuais para o índice de preços ao consumidor (IPCA) em 8% para 1999, 6% em 2000 e 4% em 2001, admitida a variação de dois pontos percentuais para cima e para baixo, de forma a acomodar variações sazonais ou episódicas.

Quanto à política creditícia, o Anexo deixa claro qual é o objetivo da política futura: aumento do volume de operações de crédito e redução dos custos de intermediação financeira, de forma que se alcance uma elevação da relação crédito/PIB de forma sustentada. Após o envio do Anexo já foram tomadas medidas que reforçam este objetivo, como a redução do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista. As medidas a serem adotadas no futuro dependerão do resultado das já implantadas e citadas no Anexo, de forma que não é possível determinar com exatidão as futuras medidas e o momento em que serão tomadas. Ou seja, o nível de compulsório desejável no longo prazo vai depender da reação da economia às medidas já adotadas. O importante, aqui, é deixar claro o objetivo de política econômica, de forma que se saiba o sentido das novas medidas a serem adotadas.

ANEXO À MENSAGEM

Objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial
(Artigo 4º, Parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Os objetivos da política econômica brasileira para os próximos anos seguem sendo a promoção do crescimento econômico com estabilidade de preços. A convergência das políticas fiscal, monetária, creditícia e cambial e a continuidade das reformas estruturais são essenciais para a consecução destes objetivos.

O ajuste das contas públicas, particularmente após 1998, representou um passo decisivo na construção de sólidos alicerces para a recuperação do crescimento. É este ajuste que garante, em última instância, a consolidação da estabilização monetária, base para o crescimento sustentado e para a melhoria progressiva das condições de vida da população brasileira. O cumprimento rigoroso das metas fiscais e as mudanças estruturais que vêm sendo obtidas com a indispensável participação do Congresso Nacional são elementos decisivos para o ambiente de retomada do desenvolvimento brasileiro que já começou a se manifestar. Estes elementos afastam novas pressões especulativas contra o Real, favorecem a queda da taxa de juros doméstica e o aumento da poupança interna, através da redução da necessidade de financiamento do setor público.

Na base do processo de convergência para uma situação de equilíbrio macroeconômico, com taxas expressivas de crescimento, está a bem sucedida execução do Programa de Estabilidade Fiscal. Com efeito, o resultado primário do setor público consolidado de 1999 atingiu um superávit de 3,13% do PIB, cumprindo não só a meta fiscal estabelecida para o ano, como também garantindo o cumprimento das metas fiscais pelo quinto trimestre consecutivo. Com isso, foi dado o passo inicial para uma trajetória sustentável da relação dívida líquida/PIB. Para o ano 2000 a proposta orçamentária fixou um superávit primário de 2,6% do PIB para o Governo Central em conformidade com o superávit primário de 3,25% do PIB estabelecido para o setor público consolidado. E para o exercício de 2001, a meta estabelecida neste anexo para o Governo Central segue sendo de 2,6% do PIB.

A partir do início de 1999, o Brasil optou por um regime de livre flutuação da taxa de câmbio. A introdução deste regime permitiu remover restrições do balanço de pagamentos que se manifestaram com o agravamento das condições externas após a crise asiática. Os efeitos positivos da mudança cambial foram logo sentidos em 1999: o déficit em conta corrente foi reduzido de US\$ 33,6 bilhões em 1998 para US\$ 24,4 bilhões em 1999. Além disso, este déficit foi amplamente coberto pela entrada do investimento externo direto, que atingiu o nível recorde de US\$ 30 bilhões em 1999. O déficit comercial em doze meses foi reduzido de US\$ 6,6 bilhões ocorrido em 1998 para um patamar abaixo de US\$ 400 milhões no final do primeiro trimestre de 2000, indicando que a desvalorização cambial do ano passado e o crescimento da economia mundial estão surtindo o efeito desejado sobre as contas externas brasileiras. As exportações, beneficiadas com a mudança de preços relativos e os ganhos auferidos de competitividade, continuam sua trajetória de crescimento verificada desde o segundo semestre do ano passado, reduzindo nossa necessidade externa de financiamento.

Com a mudança no regime de câmbio, a política monetária ganhou maior liberdade, passando a orientar-se pelos efeitos do nível de atividade e do câmbio sobre a taxa de inflação, em lugar de ser determinada, como no arranjo anterior, pela necessidade de viabilizar o fluxo de recursos externos necessário à sustentação da taxa de câmbio. A política monetária tornou-se, assim, um elemento chave para a coordenação de expectativas, sendo esta a razão fundamental para a adoção do regime de metas inflacionárias.

Nos próximos anos, além do compromisso com a livre flutuação da taxa de câmbio, o governo pretende continuar a orientar a política monetária para assegurar a consecução das metas

inflacionárias. Desde julho de 1999, foi instituído o regime formal de metas de inflação, tendo sido fixadas as metas anuais para o índice de preços ao consumidor (IPCA) em 8% para 1999, 6% em 2000 e 4% em 2001, admitida a variação de dois pontos percentuais para cima e para baixo, de forma a acomodar variações sazonais ou episódicas. Do ponto de vista formal, é parte integrante da nova sistemática de condução da política monetária que implica alcance, pelo Banco Central, da meta de inflação estabelecida pelo governo. O regime constitui a estratégia mais adequada, no atual contexto, para a manutenção da estabilidade de preços, ao deixar claros os meios usados pelo Banco Central para atingir este objetivo. Ao mesmo tempo evidencia as restrições à operação da política monetária, aumentando o grau de comprometimento do governo com o processo de estabilização de preços.

O ajuste fiscal presente, as condições externas mais favoráveis e o novo regime cambial viabilizam uma trajetória decrescente para a taxa de juros interna. Nos próximos anos, pode-se esperar novas quedas das taxas reais de juros, dando continuidade ao movimento iniciado em março de 1999. Cabe registrar, a esse respeito, que a taxa básica de juros (SELIC) reduziu-se, em termos reais, de 33,98% para 12,65% entre março de 1999 e março de 2000, utilizando-se a inflação projetada para os doze meses seguintes.

Em relação à política de crédito, o objetivo do governo tem sido a expansão do volume de operações creditícias, bem como a redução dos custos da intermediação financeira. Várias medidas foram adotadas neste sentido, como redução do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista (duas reduções em seis meses), a eliminação dessa obrigatoriedade sobre depósitos a prazo, a redução da alíquota do IOF incidente sobre operações de crédito a pessoas físicas, além da criação da Cédula de Crédito Bancário, título decorrente de operação de crédito, de trâmite judicial mais simples e eficaz.

Como consequência das medidas tomadas e de uma melhor expectativa quanto ao cenário econômico, já se observa um aumento do volume de crédito, além de uma diminuição do spread bancário. No entanto, deve-se lembrar que os efeitos duradouros dessas medidas devem ocorrer no médio e longo prazos. Ainda, a elevação desejada da relação crédito/PIB deverá concretizar-se de forma sustentada, para que o crédito para o consumo acompanhe a expansão dos investimentos produtivos. Dessa forma, a manutenção da expansão do crédito, bem como a diminuição do custo de intermediação financeira continuarão a ser objetivo de política macroeconômica de forma a se tornar o crédito um canal importante de transmissão de política monetária, com papel fundamental para a retomada do crescimento econômico.

Este panorama de retomada do crescimento sustentado é compatível com a convergência da trajetória decrescente da inflação brasileira para uma taxa equivalente na economia internacional. Embora a meta de inflação para 2002 ainda não esteja oficialmente fixada – para tanto será conveniente levar em conta o desempenho de 2000 –, é provável que seja mantida a trajetória decrescente apresentada nos primeiros três anos, projetando-se uma taxa inferior à prevista para 2001, de 4%.



PROGRAMAS E AÇÕES

		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0040 ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM				
<i>Objetivo: ASSEGURAR A EQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DO ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL</i>				
4037	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	ALUNO BENEFICIADO	MILHAR	36.900
4042	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO ASSISTIDO	MILHAR	3.000
4088	CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	ALUNO BENEFICIADO	MILHAR	40
4045	DISTRIBUIÇÃO DE BIBLIOTECAS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	MÓDULO DISTRIBUÍDO	UNIDADE	10.000
4046	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	EXEMPLAR DISTRIBUÍDO	MILHAR	130.216
4050	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	PROGRAMA VEICULADO	MIN	196.380
4049	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO (RÁDIO-ESCOLA)	PROGRAMA VEICULADO	MIN	1.825
Programa: 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF				
<i>Objetivo: FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR, PROMOVENDO SUA INSERÇÃO COMPETITIVA NOS MERCADOS DE PRODUTOS E FATORES</i>				
1086	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS MUNICIPAIS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	1.118
3651	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES	AGRICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	36.870
5696	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	COOPERATIVA ASSISTIDA	UNIDADE	2.150
5695	EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	PRODUTOR ASSISTIDO	UNIDADE	1.000.000
0281	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	AGRICULTOR BENEFICIADO	UNIDADE	700.000
2174	PESQUISAS TECNOLÓGICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	96
Programa: 0497 ÁGUAS DO BRASIL				
<i>Objetivo: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E DA QUANTIDADE DE ÁGUA</i>				
6650	7777 CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADA PARA OS RECURSOS HÍDRICOS	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	5.000
2947	7777 FISCALIZAÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS	BACIA FISCALIZADA	UNIDADE	54
7800	7777 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ALTOS ESTUDOS EM GESTÃO DAS ÁGUAS	CENTRO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	28
1996	7777 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	ENTIDADE IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	21
1999	7777 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS	SISTEMA IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	17
2977	7777 MONITORAMENTO DE CORPOS D'ÁGUA	CORPO D'ÁGUA MONITORADO	UNIDADE	15
3038	7777 PROJETOS DEMONSTRATIVOS APLICADOS A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	PROJETO REALIZADO	UNIDADE	8
3039	7777 PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DE BACIAS	PROJETO ELABORADO	UNIDADE	3
Programa: 0008 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL				
<i>Objetivo: REDUZIR E CONTROLAR A DESNUTRIÇÃO, AS CARÊNCIAS POR MICRONUTRIENTES NOS SERVIÇOS DE SAÚDE E PROMOVER A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NOS DIFERENTES CICLOS DE VIDA</i>				
4294	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MICRONUTRIENTES PARA CRIANÇAS, GESTANTES E IDOSOS EM ÁREAS ENDÊMICAS DE MÁ NUTRIÇÃO	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	8.000.000
0603	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB- PARA AÇÕES DE COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	926.075
Programa: 0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO				
<i>Objetivo: FOMENTAR A PRODUÇÃO E FACILITAR O ABASTECIMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS</i>				
1483	ELETRIFICAÇÃO RURAL	REDE ELÉTRICA RURAL IMPLANTADA	QUILÔMETRO	7.000
1494	ESTÍMULO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	PROJETO APOIADO	UNIDADE	400
7481	ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA	PROJETO APOIADO	UNIDADE	553



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0670 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS				
Objetivo: GARANTIR PROTEÇÃO ESPECIAL A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS SOBREVIVENTES DE CRIMES				
4278	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A TESTEMUNHAS E VÍTIMAS DE CRIMES	SERVIÇO MANTIDO	UNIDADE	47
Programa: 0005 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				
Objetivo: GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A MEDICAMENTOS BÁSICOS				
4368	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	98.000
Programa: 0067 ATENÇÃO À CRIANÇA				
Objetivo: ASSEGURAR O ATENDIMENTO A CRIANÇAS CARENTES DE ATÉ 6 ANOS EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS				
2556	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE	CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE	2.598.858
Programa: 0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA				
Objetivo: ASSEGURAR OS DIREITOS E COMBATER A DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA.				
2561	ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA	UNIDADE	139.635
3882	NÚCLEOS DE REABILITAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	NÚCLEO DE REABILITAÇÃO APOIADO	UNIDADE	20
0575	PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	905.340
0565	PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR INVALIDEZ	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA	UNIDADE	502.944
Programa: 0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR				
Objetivo: PROMOVER O ACESSO EQÜITATIVO E UNIVERSAL DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS, EMERGENCIAIS E HOSPITALARES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS				
4306	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR EM REGIME DE GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	MUNICÍPIO HABILITADO	UNIDADE	600
4307	ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	120.450.000
Programa: 0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS				
Objetivo: APRECIAR PROPOSIÇÕES EM GERAL, APURAR FATOS DETERMINADOS, EXERCER A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE EXTERNO DOS ÓRGÃOS E REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO E DESEMPENHAR AS DEMAIS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS LEGAIS E REGIMENTAIS DO ÓRGÃO E DOS SEUS MEMBROS.				
4091	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	6.000
3181	OBRAS COMPLEMENTARES NO COMPLEXO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	ÁREA CONSTRUÍDA	M²	17.000
Programa: 0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA				
Objetivo: CONSERVAR RECURSOS GENÉTICOS E DESENVOLVER PRODUTOS E PROCESSOS BIOTECNOLÓGICOS RELEVANTES PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL, A AGROPECUÁRIA E A SAÚDE HUMANA				
4416	CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS	GERMOPLASMA AVALIADO	UNIDADE	8.960
3455	CRIAÇÃO DE BANCOS DE GERMOPLASMA E COLEÇÕES DE CULTURA	BANCO IMPLANTADO	UNIDADE	1
2153	ENRIQUECIMENTO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS	GERMOPLASMA CONSERVADO	UNIDADE	12.458
4560	FITOTERAPIA EM SAÚDE PÚBLICA	FITOTERÁPICO DESENVOLVIDO	UNIDADE	4
4155	FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO DE IMUNOBIOLOGICOS, MEDICAMENTOS, HEMODERIVADOS E PROCESSOS TERAPÊUTICOS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	7
4189	FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO PARA A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE	PROJETO APOIADO	UNIDADE	22
4438	FOMENTO A PROJETOS ESTRATÉGICOS DE BIOTECNOLOGIA	PROJETO APOIADO	UNIDADE	10
4169	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA O AGRONEGÓCIO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	2



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0812 BRASIL CLASSE MUNDIAL				
Objetivo: <i>ELEVAR A COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL DAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DO PAÍS</i>				
4354	PROMOÇÃO DA MARCA BRASIL	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	25
Programa: 0516 BRASIL JOGA LIMPO				
Objetivo: <i>REDUZIR A GERAÇÃO, AUMENTAR A RECICLAGEM E O REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS E GARANTIR MEIOS DE DISPOSIÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADOS</i>				
2960	7777 FOMENTO A PROJETOS DE ORDENAMENTO DA COLETA SELETIVA DE LIXO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	26
1990	7777 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL RELATIVO À GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
Programa: 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL				
Objetivo: <i>CONSERVAR E REVITALIZAR O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO</i>				
1610	IDENTIFICAÇÃO E INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS	BEM INVENTARIADO	UNIDADE	130.000
2630	PRESERVAÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS	BEM PRESERVADO	UNIDADE	200.000
Programa: 0460 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA				
Objetivo: <i>AMPLIAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA ÀS DEMANDAS DE CONHECIMENTO E DE SERVIÇOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DA SOCIEDADE, MEDIANTE A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES</i>				
4204	CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTÍMULO À PESQUISA	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	10.000
4205	CONCESSÃO DE BOLSA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	15.700
4206	CONCESSÃO DE BOLSA DE INICIAÇÃO À PESQUISA	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	19.200
Programa: 0790 CENSO 2000				
Objetivo: <i>PROPICIAR O CONHECIMENTO DA REALIDADE DEMOGRÁFICA E SOCIAL DO PAÍS, POR MEIO DO LEVANTAMENTO DE SEUS DADOS CENSITÁRIOS</i>				
1082	CENSO DEMOGRÁFICO - CENSO 2000	CENSO CONCLUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12
Programa: 0070 CENTROS DA JUVENTUDE				
Objetivo: <i>ATENDER A JOVENS MENORES DE 24 ANOS EM RISCO PESSOAL E SOCIAL EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA</i>				
2558	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	29.868
6615	CAPACITAÇÃO DE JOVENS PARA ATUAÇÃO NOS CENTROS DE JUVENTUDE	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	3.000
5398	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DA JUVENTUDE	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	362
Programa: 0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER				
Objetivo: <i>COMBATER A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER</i>				
5517	CONSTRUÇÃO DE CASA-ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	ABRIGO CONSTRUÍDO	UNIDADE	80
Programa: 0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
Objetivo: <i>PREVENIR E COMBATER A VIOLÊNCIA, O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES MENORES DE 14 ANOS DE IDADE</i>				
4446	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA NO COMBATE À PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIL	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	17.000
Programa: 0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO				
Objetivo: <i>COMBATER A CRIMINALIDADE DE COMPETÊNCIA FEDERAL</i>				



PROGRAMAS E AÇÕES

		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO				
<i>Objetivo: COMBATER A CRIMINALIDADE DE COMPETÊNCIA FEDERAL</i>				
2680	COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	DROGA APREENDIDA	T	40
Programa: 0071 COMUNIDADE ATIVA				
<i>Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL POR MEIO DA INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, ARTICULANDO AÇÕES DE GOVERNO E CELEBRANDO PARCERIAS COM A SOCIEDADE CIVIL</i>				
3532	CAPACITAÇÃO DE GESTORES	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	13.500
1843	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	3.900
Programa: 0684 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL				
<i>Objetivo: APROFUNDAR A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES COM OS QUAIS MANTÉM RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS</i>				
2533	COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	ACORDO IMPLEMENTADO	UNIDADE	1.200
Programa: 0230 CORREDOR LESTE				
<i>Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA QUE ENGLOBA OS ESTADOS DE MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO E RIO DE JANEIRO</i>				
5731	0003 ADEQUAÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR LESTE BR-393/116/RJ - EM VOLTA REDONDA	TRECHO ADEQUADO	KM	10
5725	0005 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-153/GO - APARECIDA DE GOIÂNIA - ITUMBIARA	TRECHO ADEQUADO	KM	80
5725	9011 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-381/MG, ADEQUAÇÃO DO TRECHO BELO HORIZONTE - JOÃO MONLEVADE - IPATINGA	TRECHO ADEQUADO	KM	40
5789	0002 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-482/ES - CONSTRUÇÃO DE CONTORNO EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
7322	9002 (VETADO)			
5742	0001 DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE BR-381/MG - DIVISA SP/MG - BELO HORIZONTE	TRECHO ADEQUADO	KM	20
Programa: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS				
<i>Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA REGIÃO QUE ABRANGE OS ESTADOS DO PARÁ, TOCANTINS, MARANHÃO, MATO GROSSO E GOIÁS</i>				
5730	0004 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-060/DF - ADEQUAÇÃO DO TRECHO DISTRITO FEDERAL - DIVISA DF/GO	TRECHO ADEQUADO	KM	7
5730	0006 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-060/GO - ENTRONCAMENTO BR-153/GO - DIVISA DF/GO	TRECHO ADEQUADO	KM	30
5750	0001 CONSTRUÇÃO DE ECLUSAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS DE TUCURUI	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
9508	7777 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PORTUÁRIO PARA A BASE DE ALCÂNTARA - MA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	75
5344	9004 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO IMPERATRIZ (MA) - SENADOR CANEDO (GO) (FERROVIA NORTE-SUL)	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
5710	0002 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-070/GO - COCALZINHO - ARAGARÇAS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	30
5710	0015 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS BR-242/TO - PEIXE - PARANÁ - TAGUATINGA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	17
5749	0003 IMPLANTAÇÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS HIDROVIA DA ILHA DE MARAJÓ	HIDROVIA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	55
5749	0001 IMPLANTAÇÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS HIDROVIA DO ARAGUAIA - TOCANTINS	HIDROVIA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	22
5749	0005 IMPLANTAÇÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS HIDROVIA DO CAPIM	HIDROVIA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25
Programa: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE				
<i>Objetivo: INCREMENTAR O FLUXO DE PESSOAS E MERCADORIAS ENTRE OS ESTADOS DO AMAPÁ, RORAIMA, AMAZONAS E ACRE COM OS PAÍSES DA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL</i>				
5711	0001 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE BR-156/AP - FERREIRA GOMES - OIAPOQUE (FRONTEIRA GUIANA FRANCESA)	TRECHO PAVIMENTADO	KM	100
5711	0005 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE BR-317/AC - BRASÍLIA - ASSIS BRASIL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	10



PROGRAMAS E AÇÕES

			Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE					
Objetivo: INCREMENTAR O FLUXO DE PESSOAS E MERCADORIAS ENTRE OS ESTADOS DO AMAPÁ, RORAIMA, AMAZONAS E ACRE COM OS PAÍSES DA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL					
5711	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE BR-364/AC - RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	30
5711	0009	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE BR-401/RR - BOA VISTA - BONFIM (FRONTEIRA GUIANA)	TRECHO PAVIMENTADO	KM	54
Programa: 0233 CORREDOR MERCOSUL					
Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DO MERCOSUL					
5727	0001	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL BR-101/376/SC - DIVISA PR/SC - PALHOÇA	TRECHO ADEQUADO	KM	22
5727	0003	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL BR-101/RS - DIVISA SC/RS - OSÓRIO	TRECHO ADEQUADO	KM	30
5727	0009	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL BR-116/RS - PORTO ALEGRE - PELOTAS	TRECHO ADEQUADO	KM	20
5727	9002	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL BR-280/SC, DUPLICAÇÃO DO TRECHO GUARAMIRIM - ENTR. BR-101	TRECHO ADEQUADO	KM	20
5019	0002	AMPLIAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE E DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO AMPLIAÇÃO DE MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE E DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO (RS)	DRAGAGEM REALIZADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	14
5798	9002	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL BR-392/RS, CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO URUGUAI EM PORTO XAVIER (DIVISA COM A ARGENTINA)	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
5798	9003	CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL BR-470/SC, CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ-AÇU EM ILHOTA	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
5707	0021	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL BR-468/RS - TRÊS PASSOS - PORTO SOBERBO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	10
5707	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL BR-476/PR - ADRIANÓPOLIS - BOCAIUVA DO SUL	TRECHO PAVIMENTADO	KM	30
5707	0003	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL BR-487/PR - PORTO CAMARGO - CAMPO MOURÃO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
7287	9001	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE ITAJAÍ (SC)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	6
Programa: 0235 CORREDOR NORDESTE					
Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA QUE ABRANGE OS ESTADOS DO PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO E ALAGOAS					
5728	0001	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE BR-101/PE - PRAZERES - CABO	TRECHO ADEQUADO	KM	5
5728	0003	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE BR-101/RN/PB - NATAL - JOÃO PESSOA - RECIFE - MACEIÓ	ESTUDO REALIZADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	100
5728	0005	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE BR-116/CE - FORTALEZA - PACAJUS	TRECHO ADEQUADO	KM	20
5728	0007	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE BR-230/PB - JOÃO PESSOA - CAMPINA GRANDE	TRECHO ADEQUADO	KM	28
5728	0009	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE BR-232/PE - RECIFE - CARUARU	TRECHO ADEQUADO	KM	62
5728	9006	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE BR-408/PE, ADEQUAÇÃO DO TRECHO CURADO - CARPINA	TRECHO ADEQUADO	KM	40
5311	0001	COMPLEMENTAÇÃO E MELHORAMENTO DO PORTO DE SUAPE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	29
5312	0001	COMPLEXO PORTUÁRIO DO PORTO DE PECÉM NO ESTADO DO CEARÁ	PORTO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	29
5849	0002	CONSTRUÇÃO DE FERROVIAS NO CORREDOR NORDESTE CONSTRUÇÃO DO TRECHO FERROVIÁRIO PETROLINA (PE) - MISSÃO VELHA (CE) E REMODELAÇÃO DA MALHA FERROV. DO NORDESTE	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	8
7296	9001	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL/PÁTIO PARA CONTÊINERES DO PORTO DE NATAL (RN) NATAL - RN	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
5708	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS DO CORREDOR NORDESTE BR-020/PI - SÃO RAIMUNDO NONATO - PICOS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	17
5708	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS DO CORREDOR NORDESTE BR-226/RN - CURRAIS NOVOS - DIVISA RN/CE	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
5388	0001	RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CABEDELÓ NO ESTADO DA PARAÍBA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
Programa: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE					
Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA QUE ABRANGE PARTE DOS ESTADOS DO AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA E MATO GROSSO					
5709	0002	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-163/MT - SANTA HELENA - DIVISA MT/PA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	30
5709	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-163/PA - DIVISA MT/PA - SANTARÉM	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40



PROGRAMAS E AÇÕES

			Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE					
Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA QUE ABRANGE PARTE DOS ESTADOS DO AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA E MATO GROSSO					
5709	0005	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-230/AM - HUMAITÁ - LÁBREA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	17
5709	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-230/PA - DIVISA PATO - ITAITUBA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
5709	0015	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-319/AM - DIVISA RO/AM - MANAUS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	40
5709	0011	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE BR-421/RO - ARIQUEMES - GUAJARÁ-MIRIM - NOVA MAMORÉ	TRECHO PAVIMENTADO	KM	17
Programa: 0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO					
Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA QUE ABRANGE OS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE E O NORTE DE MINAS GERAIS					
5841	0004	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO BR-101/SE - DUPLICAÇÃO DO TRECHO DIVISA AL/SE - DIVISA SE/BA	TRECHO ADEQUADO	KM	11
5703	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO BR-116/BA - EUCLIDES DA CUNHA - IBÓ	TRECHO PAVIMENTADO	KM	60
5703	9003	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO BR-135/BA/PI, CONSTRUÇÃO DO TRECHO BARREIRAS - GILBUÉS	TRECHO PAVIMENTADO	KM	17
5859	0004	OBRAS COMPLEMENTARES NA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO OBRAS COMPLEMENTARES NA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	33
Programa: 0232 CORREDOR SUDOESTE					
Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA ÁREA COMPREENDIDA PELO ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, O SUL DE GOIÁS E A PARTE DA REGIÃO SUDESTE DO PAÍS					
5706	0001	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE BR-070/MT - CÁCERES - FRONTEIRA COM A BOLÍVIA	TRECHO PAVIMENTADO	KM	10
5706	0007	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE BR-262/MS - MIRANDA - CORUMBÁ	TRECHO PAVIMENTADO	KM	10
5706	0009	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE BR-267/MS - JARDIM - PORTO MURTINHO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	20
5747	0003	MELHORIA DA NAVEGAÇÃO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR SUDOESTE HIDROVIA DÔ PARAGUAI - TRECHO LADÁRIO - FOZ DO RIO APA, NO LADO BRASILEIRO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	11
5747	0001	MELHORIA DA NAVEGAÇÃO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR SUDOESTE HIDROVIA DO PARANÁ - PARAGUAI - TRECHO CÁCERES - CORUMBÁ	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	21
Programa: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO					
Objetivo: REDUZIR O CUSTO DO TRANSPORTE DE CARGAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA COMPREENDIDA PELO ESTADO DE SÃO PAULO E SUDOESTE DE MINAS GERAIS					
5726	9005	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO BR-365/MG, ADEQUAÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO BR-153 - UBERLÂNDIA	TRECHO ADEQUADO	KM	44
5350	0001	BR-381/116/SP - CONSTRUÇÃO DO RODOANEL NO ESTADO DE SÃO PAULO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	9
5844	0004	CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO EM MOGI DAS CRUZES CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO EM MOGI DAS CRUZES - SP	TRECHO PAVIMENTADO	KM	7
5705	9003	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO BR-364/MG, CONSTRUÇÃO DO TRECHO ENTRONCAMENTO BR-153 - DIVISA MG/GO	TRECHO PAVIMENTADO	KM	53
5743	0003	DUPLICAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO BR-381/SP - DIVISA MG/SP - ENTRONCAMENTO BR-116	TRECHO DUPLICADO	KM	14
5313	9001	OBRAS COMPLEMENTARES NA HIDROVIA TIETÉ/ PARANÁ OBRAS COMPLEMENTARES NA HIDROVIA TIETÉ-PARANÁ	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	35
Programa: 0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA					
Objetivo: PRESERVAR A CULTURA E A MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA					
4486		APOIO A PROJETOS CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	18
Programa: 0416 CULTURA EXPORTADORA					
Objetivo: AMPLIAR A CAPACITAÇÃO DOS AGENTES PROMOTORES DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS					
1013		CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE COMÉRCIO EXTERIOR	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	1.100
3655		FORMAÇÃO DE NEGOCIADORES EM COMÉRCIO EXTERIOR	TÉCNICO CAPACITADO	UNIDADE	146



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta	
Programa: 0667 DEFESA CIVIL					
Objetivo: PREVENIR E MINIMIZAR DESASTRES, SOCORRER E ASSISTIR ÀS POPULAÇÕES AFETADAS E RECONSTRUIR E RECUPERAR CENÁRIOS DANIFICADOS					
4580	0412	AÇÕES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL. AÇÕES DE DEFESA CIVIL NA REGIÃO GEO-ECONÔMICA DA GRANDE SÃO PAULO - SP	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	25
Programa: 0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
Objetivo: COMBATER A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
6028		CAMPANHA JOVEM CIDADÃO	JOVEM PREPARADO	UNIDADE	17.000
1797		IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	UNIDADE	10
2717		MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	UNIDADE DE DEFESA MANTIDA	UNIDADE	49
Programa: 0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA					
Objetivo: AUMENTAR A PRODUÇÃO DE PESCADO E A RENDA DO AQUICULTOR					
2819		FUNCIONAMENTO DE CENTRO DE PESQUISA EM AQUICULTURA	PESCADO PRODUZIDO	MILHAR	22.000.000
2154		PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM AQUICULTURA	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	10
3670		PESQUISAS, ESTUDOS E PROJETOS EM AQUICULTURA	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	9
Programa: 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL					
Objetivo: AMPLIAR E MELHORAR A OFERTA DE OPORTUNIDADES DE ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS					
3197		AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	MATERIAL DISTRIBUÍDO	UNIDADE	8.000
3200		CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	900
3202		EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ESCOLA EQUIPADA	UNIDADE	100
3251		QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	DOCENTE QUALIFICADO	UNIDADE	1.230
Programa: 0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
Objetivo: AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS E MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
4033		APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	INSTITUIÇÃO APOIADA	UNIDADE	26
3676		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	8.000
5430		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP/FAT	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	6.500
3685		IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP	PROJETO IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18
3049		INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISAS DESTINADO A INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	LABORATÓRIO EQUIPADO	UNIDADE	44
Programa: 0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA					
Objetivo: ELEVAR A COMPETITIVIDADE DO SETOR FRUTÍCOLA					
1102		CAPACITAÇÃO DE FRUTICULTORES	FRUTICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	8.000
1084		CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA	ÁREA PREVENIDA	HA	1.900.000
3653		CONTROLE DE RESÍDUOS QUÍMICOS NA FRUTICULTURA	PRODUTO ANALISADO	T	30.643
3666		INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA A FRUTICULTURA IRRIGADA NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	59
4243		PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FRUTICULTURA	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	11
Programa: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA					
Objetivo: AUMENTAR A CAPACIDADE E MELHORAR A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA BRASILEIRA					



PROGRAMAS E AÇÕES

		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA				
Objetivo: AUMENTAR A CAPACIDADE E MELHORAR A EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA BRASILEIRA				
3211	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	AEROPORTO/AERÓDROMO CONSTRUÍDO	UNIDADE	10
9308	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	AEROPORTO MODERNIZADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5
3110	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	AEROPORTO/AERÓDROMO REFORMADO/AMPLIADO	UNIDADE	16
5642	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE NACIONAL	AEROPORTO/AERÓDROMO REFORMADO/AMPLIADO	UNIDADE	23
Programa: 0801 DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES				
Objetivo: DESENVOLVER DIRIGENTES E SERVIDORES PÚBLICOS PARA A MELHORIA DA GESTÃO E TRANSFORMAR A ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CENTRO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA				
4065	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES PÚBLICOS	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	11.000
Programa: 0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS				
Objetivo: PROMOVER O FORTALECIMENTO ECONÔMICO-ADMINISTRATIVO DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS POR INTERMÉDIO DA AMPLIAÇÃO DAS LINHAS DE CRÉDITO, ACESSO A NOVAS TECNOLOGIAS E CAPACITAÇÃO GERENCIAL				
4248	CONCESSÃO DE GARANTIA PARA FINANCIAMENTOS A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	EMPRESA BENEFICIADA	UNIDADE	10.450
Programa: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO				
Objetivo: AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO DE GRADUAÇÃO				
0577	CONCESSÃO DE CRÉDITO EDUCATIVO A ESTUDANTES CARENTES	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	60.000
0579	CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NAO GRATUITO	ESTUDANTE FINANCIADO	UNIDADE	200.000
7090	IMPLANTAÇÃO DE CAMPI AVANÇADO DA UFRPE, NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO, NO BI-PÓLO PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO E JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA	CAMPI IMPLANTADO	% EXECUÇÃO FÍSICA	40
7083	IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL NO ESTADO DO TOCANTINS	UNIVERSIDADE IMPLANTADA	UNIDADE	1
3714	MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ACADÊMICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE SEUS HOSPITAIS DE ENSINO	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	52
6348	PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	4.600
Programa: 0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO				
Objetivo: CONTRIBUIR PARA A OFERTA DE VAGAS NO ENSINO MÉDIO				
3677	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	83
3682	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE ESCOLAR - PROMED	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	242
3686	IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO - PROMED	PROJETO IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	27
Programa: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL				
Objetivo: IMPLANTAR MODELO DE GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO.				
2818	0005 (VETADO)			
2818	0006 (VETADO)			
9620	7777 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTEGRADO DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.347
9617	7777 ELABORAÇÃO DE PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	PLANO ELABORADO	UNIDADE	8



PROGRAMAS E AÇÕES

		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0396 DESIGN BRASIL				
Objetivo: AMPLIAR A COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS BRASILEIROS MEDIANTE A INOVAÇÃO NA ÁREA DE DESIGN				
3558	CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO DESIGN BRASILEIRO	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	20
4171	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO DESIGN NACIONAL	PROJETO APOIADO	UNIDADE	2
Programa: 0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
Objetivo: PROMOVER A CONSCIENTIZAÇÃO E A CAPACITAÇÃO DA COLETIVIDADE NA PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS				
1961 7777	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	2.000
2965 7777	FOMENTO A PROJETOS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	PROJETO APOIADO	UNIDADE	3
1984 7777	IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS DE DIFUSÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	PÓLO IMPLANTADO	UNIDADE	6
Programa: 0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
Objetivo: CONTRIBUIR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS QUE NÃO TIVERAM ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL OU NÃO LOGRARAM CONCLUÍ-LO NA IDADE PRÓPRIA				
3096	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL A JOVENS E ADULTOS	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	54.450
3098	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	24.200
3118	MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	EXEMPLAR DISTRIBUÍDO	UNIDADE	399.960
Programa: 0137 EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS				
Objetivo: EMANCIPAR OS ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATÉ 1998, MEDIANTE ATENDIMENTO COMPLEMENTAR QUE LHES PROPICIEM CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE				
5533	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETOS CRIADOS ATÉ 1998 - LUMIAR	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	30.000
0427	CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETOS CRIADOS ATÉ 1998	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	20.000
Programa: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES				
Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA, DE MANEIRA SUSTENTÁVEL, AS POPULAÇÕES RURAIS NÃO-ATENDIDAS PELA ELETRIFICAÇÃO CONVENCIONAL, APROVEITANDO FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS DESCENTRALIZADAS				
1379 0001	ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELÉTRICA EM COMUNIDADES NAO -SUPRIDAS NACIONAL	COMUNIDADE ATENDIDA	UNIDADE	8.000
1380 0001	CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS E DOS AGENTES DAS COMUNIDADES NA INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA NACIONAL	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	5.880
Programa: 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE				
Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS E SÃO PAULO				
3414 0001	ADAPTAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA DE SANTA CRUZ (RJ) DE 600 MW PARA SUBSTITUIÇÃO DE COMBUSTÍVEL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	USINA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	39
3421 0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM SÃO PAULO/MINAS GERAIS (285 KM DE LT E 5 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 1.748 MVA) NA REGIÃO SUDESTE	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	38
7563 7777	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ITAIPU (PR) A SÃO PAULO (SP) (585 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÃO DE 1500 MVA)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	15
3420 0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO NORDESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/ESPIRITO SANTO (33,5 KM DE LT E 2 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 225 MVA) NACIONAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	35
3419 0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO RIO DE JANEIRO (RJ) (120 KM DE LT E 4 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 1.532 MVA) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	43
5507 0001	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA REFINARIA DE PAULÍNIA (SP) DE 650 MW NO ESTADO DE SÃO PAULO	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
5506 0001	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) DE 1.100 MW NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12
5505 0001	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES (SP) DE 900 MW NO ESTADO DE SÃO PAULO	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10



PROGRAMAS E AÇÕES			Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE					
Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO AMAPÁ E RORAIMA					
3239	0001	IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA NO AMAPÁ DE 50 MW NO ESTADO DO AMAPÁ	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	98
3243	0001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO AMAPÁ (371 KM DE LT E 23 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 263 MVA) NO ESTADO DO AMAPÁ	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	50
Programa: 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS					
Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, PARÁ E RONDÔNIA					
3238	0001	IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA EM RONDÔNIA DE 300 MW NO ESTADO DE RONDÔNIA	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	14
3416	0001	IMPLANTAÇÃO DE DUAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS EM 6 MW E 2,5 MW NO ESTADO DE RONDÔNIA	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	33
3242	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ACRE-RONDÔNIA (1.157KM DE L T E 18 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 728 MVA) NA REGIÃO NORTE	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	73
3246	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUÍ NO PARÁ (515 KM DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 1.873 MVA) NO ESTADO DO PARÁ	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	32
3381	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM RONDÔNIA (110 KM DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 45 MVA) NO ESTADO DE RONDÔNIA	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	22
3418	0001	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NO AMAZONAS DE 270 MW NO ESTADO DO AMAZONAS	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	8
3398	0001	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MANAUS (67,6 KM DE LT E 22 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 319,2 MVA) NO ESTADO DO AMAZONAS	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	71
Programa: 0295 ENERGIA NO EIXO SUL					
Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ					
3250	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO SUL (617 KM DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 3.955 MVA) NA REGIÃO SUL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	13
Programa: 0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE					
Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO MATO GROSSO E DO MATO GROSSO DO SUL					
3395	0001	IMPLANTAÇÃO DA UHE MANSO DE 210 MW (MT) NO ESTADO DO MATO GROSSO	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5
Programa: 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE					
Objetivo: SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA					
3373	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE XINGÓ EM PERNAMBUCO (180 KM DE LT E 6 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 940 MVA) NO ESTADO DE PERNAMBUCO	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	35
3371	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO - BANABUIU, FORTALEZA - PICI (CE) (25 KM DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 2.800 MVA) NO ESTADO DO CEARÁ	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5
3245	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUÍ NO MARANHÃO (1.656 KM DE LT E SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 4.800 MVA) NO ESTADO DO MARANHÃO	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	23
3378	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE XINGÓ NA BAHIA (251 KM DE LT E 5 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 400 MVA) NACIONAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	15
3376	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE XINGÓ NO CEARÁ (5 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 833 MVA) NO ESTADO DO CEARÁ	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
5482	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO PRESIDENTE DUTRA (MA) / TERESINA (PI) / FORTALEZA (CE) (544 KM LT EM 500 KV E 3 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 300 KVA) NA REGIÃO NORDESTE	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
7421	9001	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CARMÓPOLIS (SE) DE 80 MW	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	40
5504	0001	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA) DE 460 MW NO ESTADO DA BAHIA	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	40
Programa: 0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA					
Objetivo: MANTER O STATUS DOS ESTADOS JÁ RECONHECIDOS COMO ÁREAS LIVRES DE FEBRE AFTOSA E ERRADICAR A DOENÇA DAS DEMAIS REGIÕES DO PAÍS					
3650		CAMPANHA EDUCATIVA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	93
3664		FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	PROPRIEDADE FISCALIZADA	UNIDADE	300.100



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE				
Objetivo: ELIMINAR A PRÁTICA DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE				
2629	FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	71
Programa: 0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL				
Objetivo: ELIMINAR A PRÁTICA DO TRABALHO POR MENORES DE 16 ANOS, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ.				
2060	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	630.385
2569	CONCESSÃO DA BOLSA CRIANÇA-CIDADÃ	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO	UNIDADE	366.991
2688	FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	39.733
Programa: 0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS				
Objetivo: CONTRIBUIR PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE				
3159	APOIO A INSTITUIÇÕES DE ENSINO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO REFERENCIAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	INSTITUIÇÃO APOIADA	UNIDADE	15
3160	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	2.750
5634	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE (FUNDESCOLA)	ESCOLA BENEFICIADA	UNIDADE	116.957
5566	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL E SUDESTE	ESCOLA BENEFICIADA	UNIDADE	29.970
3205	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	7.406
0615	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	310.000
Programa: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO				
Objetivo: DIMINUIR A SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E RISCO SOCIAL DE JOVENS E ADOLESCENTES CARENTES NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 24 ANOS PELA INTENSIFICAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA				
5452	7777 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.821
2667	7777 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES	NÚCLEO MANTIDO	UNIDADE	541
6667	7777 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E DE LAZER EM COMUNIDADES CARENTES	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	20
Programa: 0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS				
Objetivo: GARANTIR A ASSISTÊNCIA E PROMOVER O ETNODESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS				
3913	SANEAMENTO BÁSICO EM COMUNIDADES INDÍGENAS	COMUNIDADE INDÍGENA BENEFICIADA	UNIDADE	46
Programa: 0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES				
Objetivo: ALAVANCAR AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS				
0267	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES - PROEX	BEM/SERVIÇO EXPORTADO	US\$ 1.000	12.344.010
0027	SEGURO DE CREDITO ÀS EXPORTAÇÕES	OPERAÇÃO SEGURADA	US\$ MILHÃO	675
Programa: 0505 FLORESTAR				
Objetivo: AUMENTAR A OFERTA DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS FLORESTAIS ORIUNDOS DE ÁREAS PLANTADAS				
2951	7777 FOMENTO A PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO FAZENDEIRO FLORESTAL	FAZENDA ASSISTIDA	HA	3.200
2953	7777 FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA FLORESTAL	PROJETO APOIADO	UNIDADE	2
2954	7777 FOMENTO A PROJETOS DE EXTENSÃO FLORESTAL	ÁREA REFLORESTADA	HA	7.882
2173	7777 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CONSERVAÇÃO, MANEJO, TRANSFORMAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FLORESTAS E AGROFLORESTAS	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	41



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 5006 FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE				
Objetivo: <i>PROMOVER A PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS E PROCESSOS APLICÁVEIS EM SAÚDE PÚBLICA</i>				
7498	FOMENTO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE	PROJETO APOIADO	UNIDADE	36
Programa: 0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA				
Objetivo: <i>AMPLIAR AS OPORTUNIDADES DE TRABALHO E RENDA EM SEGMENTOS ECONÔMICOS CARACTERIZADOS COMO MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS COM DIFICULDADE DE ACESSO AO CRÉDITO E À CAPACITAÇÃO GERENCIAL</i>				
2597	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO EMPREENDEDOR	EMPREENDEDOR ASSISTIDO	UNIDADE	4.500
5570	CAPACITAÇÃO GERENCIAL DE EMPREENDEDORES	EMPREENDEDOR CAPACITADO	UNIDADE	61.642
Programa: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO				
Objetivo: <i>COMPLETAR A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE E PRESTAR ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR À POPULAÇÃO</i>				
4509	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	HOSPITAL APOIADO	UNIDADE	47
4010	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	800.000
Programa: 0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA				
Objetivo: <i>APOIAR OS MUNICÍPIOS NA ADEQUAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE SUA INFRA-ESTRUTURA URBANA, SOBRETUDO PELA IMPLANTAÇÃO E REDIMENSIONAMENTO DE SEUS EQUIPAMENTOS URBANOS BÁSICOS.</i>				
1951	AÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO URBANA, INTERLIGAÇÃO DE ÁREAS URBANAS E DE ADEQUAÇÃO DE VIAS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	210
3178	AÇÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	400
1920	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	PROJETO APOIADO	UNIDADE	4.060
3148	REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	PROJETO APOIADO	UNIDADE	206
Programa: 0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE				
Objetivo: <i>DESENVOLVER E DIFUNDIR SOLUÇÕES E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS VOLTADAS À MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS E PROCESSOS DAS EMPRESAS NACIONAIS E DAS CONDIÇÕES DE INSERÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO MERCADO INTERNACIONAL</i>				
4207	CONCESSÃO DE BOLSA DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EMPRESARIAL	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	1.700
4150	FOMENTO À FORMAÇÃO DE REDES COOPERATIVAS DE PESQUISA PARA AS EMPRESAS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	32
4152	FOMENTO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	1.800
3479	IMPLEMENTAÇÃO DA COMPONENTE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (PADCT)	PROJETO APOIADO	UNIDADE	60
4196	UTILIZAÇÃO DE CAPITAL DE RISCO EM EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA	PROJETO APOIADO	UNIDADE	30
Programa: 0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL				
Objetivo: <i>OTIMIZAR O APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDROLÓGICO DOS SISTEMAS ENERGÉTICOS NORTE/NORDESTE E SUL/SUDESTE E SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA A REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS DE GOIÁS, TOCANTINS E O DISTRITO FEDERAL, E SUDESTE DO PARÁ</i>				
3235	0001 AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA DE 4.200 MW PARA 8.325 MW NO ESTADO DO PARÁ	USINA AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
3417	0001 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA GOIÁS/DISTRITO FEDERAL (2 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 725 MVA) NACIONAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
3423	0001 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORTE - SUL II - MIRACEMA/ITUMBIARA (1.061 KM DE LT EM 500 KV E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) NACIONAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
3247	0001 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORTE-SUL II (IMPERATRIZ - MIRACEMA - 517 KM DE LT E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) NACIONAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
3402	0001 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA DE CANA BRAVA (GO) DE 450 MW NO ESTADO DE GOIÁS	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20



PROGRAMAS E AÇÕES			Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM					
<i>Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ÁREAS IRRIGADAS E IRRIGÁVEIS, ELEVANDO OS NÍVEIS DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO HOMEM DO CAMPO</i>					
1836	0106	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS BACIA DO PIAUÍ/CANINDÉ	ÁREA IRRIGADA	HA	500
1836	0124	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS BREJOS DA BARRA	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	UNIDADE	2.000
1836	0150	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS JAÍBA	ÁREA CONSTRUÍDA	HÁ	1.000
1836	0160	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PEQUENOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA	UNIDADE	1.000
1836	0035	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIXO ACARAÚ NO ESTADO DO CEARÁ	ÁREA CONSTRUÍDA	HA	500
1836	0037	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS NO ESTADO DO CEARÁ	ÁREA CONSTRUÍDA	HA	1.000
1836	0091	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PERÍMETRO DE SALITRE NO ESTADO DA BAHIA	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	UNIDADE	2.500
1836	0089	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PERÍMETRO DO BAIXO DO IRECÊ NO ESTADO DA BAHIA	ÁREA CONSTRUÍDA	HA	2.500
1836	0093	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PERÍMETRO PONTAL NORTE SUL NO ESTADO DE PERNAMBUCO	ÁREA CONSTRUÍDA	HA	2.000
1836	0067	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PROJETO FLORES DE GOIÁS NO ESTADO DE GOIÁS	ÁREA IRRIGADA	HA	35
1836	0073	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PROJETO JACARÉ - CURITUBA NO ESTADO DE SERGIPE	ÁREA CONSTRUÍDA	HA	400
1836	0075	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PROJETO PINDORAMA NO ESTADO DE ALAGOAS	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	60
1836	0065	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PROJETO TRÊS BARRAS NO ESTADO DE GOIÁS	ÁREA CONSTRUÍDA	HA	450
1836	0047	CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS PROJETO VÁRZEA DE SOUSA NO ESTADO DA PARAÍBA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	35
Programa: 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL					
<i>Objetivo: MANTER A MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL EM BOAS CONDIÇÕES OPERACIONAIS DE TRÁFEGO</i>					
2841	0002	CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL DE RODOVIAS NACIONAL	TRECHO CONSERVADO	KM	2.500
2834	0028	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS - NACIONAL	TRECHO RESTAURADO	KM	2.500
Programa: 0234 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTÃO TERCEIRIZADA					
<i>Objetivo: RECUPERAR E MANTER EM BOM ESTADO TRECHOS DE RODOVIAS FEDERAIS SOB GESTÃO TERCEIRIZADA</i>					
4399	9001	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA DE RODOVIAS SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO COM MANUTENÇÃO TERCEIRIZADA DE RODOVIA	TRECHO MANTIDO	KM	2.000
Programa: 0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL					
<i>Objetivo: APRIMORAR A ESTRUTURA E O MODELO OPERACIONAL, GERENCIAL E A CAPACIDADE EXECUTIVA DO POLICIAMENTO FEDERAL</i>					
1899		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLICIAMENTO FEDERAL (PROMOTEC)	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	1.470
1778		IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (PRÓ-AMAZÔNIA)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	14
Programa: 0813 MONUMENTA - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO					
<i>Objetivo: PROMOVER O TURISMO CULTURAL NOS MUNICÍPIOS COM POTENCIAL A SER EXPLORADO, CRIANDO CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO</i>					
5538		PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO - MONUMENTA	CONJUNTO HISTÓRICO PRESERVADO	UNIDADE	4
5625		RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CIDADES, PRÓPRIOS E MONUMENTOS DA UNIÃO DE INTERESSE TURÍSTICO	PRÓPRIO RECUPERADO	UNIDADE	3
1648		RESTAURAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	CENTRO HISTÓRICO RESTAURADO	UNIDADE	1
Programa: 0128 MORAR MELHOR					
<i>Objetivo: UNIVERSALIZAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL E MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA URBANA PARA A POPULAÇÃO EM ESTADO DE EXCLUSÃO SOCIAL</i>					



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0128 MORAR MELHOR				
<i>Objetivo: UNIVERSALIZAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL E MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA URBANA PARA A POPULAÇÃO EM ESTADO DE EXCLUSÃO SOCIAL</i>				
3978	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	UNIDADE	19.683
3969	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	236.078
3179	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	110.000
5011	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO INTEGRADO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO INFERIOR A 20 MIL HABITANTES	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	71.360
3966	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO	CRIANÇA BENEFICIADA	UNIDADE	272.390
3958	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	38.011
Programa: 0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO				
<i>Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL, ATUANDO JUNTO À SOCIEDADE ORGANIZADA DE FORMA A GERAR EMPREGO E RENDA DURADOUROS</i>				
3781	7777 FOMENTO A PRODUÇÃO DE ARTIGOS ARTESANAIS PARA CONSUMO TURÍSTICO	ARTESÃO APOIADO	UNIDADE	26.000
3782	7777 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE FORMAÇÃO PARA O TURISMO (LICEU DE ARTES E OFÍCIOS PARA O TURISMO)	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	41
5009	7777 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	193.477
1630	0194 PROMOÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL EM MUNICÍPIOS CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO ESTADO DO AMAZONAS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	2
1632	7777 REALIZAÇÃO DE OFICINAS PARA O TURISMO	OFICINA DE CAPACITAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	210
Programa: 0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS				
<i>Objetivo: AUMENTAR A PRODUÇÃO E A DIFUSÃO DA MÚSICA E DAS ARTES CÊNICAS</i>				
4497	APOIO A PROJETOS CULTURAIS DE MÚSICA E DE ARTES CÊNICAS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	145
Programa: 0121 NOSSO BAIRRO				
<i>Objetivo: MELHORAR A CONDIÇÃO DE VIDA DAS FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS QUE VIVEM EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS NAS AGLOMERAÇÕES URBANAS, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA URBANA.</i>				
3970	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO (PASSI/ BID)	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	190.790
3979	MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS, DE INFRA-ESTRUTURA E DE SANEAMENTO BÁSICO (HABITAR/ BID)	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	7.784
Programa: 0514 NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS				
<i>Objetivo: APLICAR MODELO-PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS NO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS PARA DIFUNDIR SOLUÇÕES INOVADORAS NAS DEMAIS BACIAS</i>				
3612	7777 CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO NO EIXO ARAGUAIA/TOCANTINS	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1
3614	7777 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS NO EIXO ARAGUAIA/TOCANTINS	PLANO ELABORADO	UNIDADE	1
3621	7777 IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS NO EIXO ARAGUAIA/TOCANTINS	OBSERVATÓRIO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	22
3624	7777 IMPLEMENTAÇÃO DA AGENCIA D'ÁGUA NO EIXO ARAGUAIA/TOCANTINS	AGÊNCIA IMPLANTADA	UNIDADE	1
Programa: 0513 NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL				
<i>Objetivo: APLICAR MODELO-PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS PASSÍVEL DE SER ADOTADO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA DEGRADAÇÃO E UTILIZAÇÃO CONFLITUOSA DOS CORPOS DE ÁGUA E DIFUNDIR SOLUÇÕES INOVADORAS PARA AS D</i>				
1958	7777 CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	3
3047	7777 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	PLANO ELABORADO	UNIDADE	30



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta	
Programa: 0513 NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL					
Objetivo: <i>APLICAR MODELO-PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS PASSÍVEL DE SER ADOTADO EM SITUAÇÃO DE EXTREMA DEGRADAÇÃO E UTILIZAÇÃO CONFLITUOSA DOS CORPOS DE ÁGUA E DIFUNDIR SOLUÇÕES INOVADORAS PARA AS D</i>					
3617	7777	IMPLANTAÇÃO DE OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	OBSERVATÓRIO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
3622	7777	IMPLEMENTAÇÃO DA AGENCIA D'ÁGUA DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	AGÊNCIA IMPLEMENTADA	UNIDADE	20
Programa: 0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO					
Objetivo: <i>APLICAR MODELO-PILOTO DE GESTÃO INTEGRADA QUE PERMITA O USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BASES SUSTENTÁVEIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO PARA DIFUNDIR SOLUÇÕES INOVADORAS NAS DEMAIS BACIAS</i>					
3611	7777	CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	5
3613	7777	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO SAO FRANCISCO	PLANO ELABORADO	UNIDADE	5
3620	7777	IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DAS ÁGUAS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	OBSERVATÓRIO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	19
3623	7777	IMPLEMENTAÇÃO DA AGENCIA D'ÁGUA DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	AGÊNCIA IMPLEMENTADA	UNIDADE	3
3626	7777	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	ÁREA RECUPERADA	HA	1.000
Programa: 0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO					
Objetivo: <i>ELEVAR O NÚMERO DE TRABALHADORES COLOCADOS PELO SINE, REDUZIR O TEMPO DE ESPERA DO TRABALHADOR POR UM POSTO DE TRABALHO ADEQUADO A SUAS HABILIDADES E MITIGAR O CUSTO SOCIAL DO DESEMPREGO PELA MAIOR ABRANGÊNCIA DA INTERMEDIÇÃO DO EMPREGO E DA ASSISTÊNCIA</i>					
2546		BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO	TRABALHADOR BENEFICIADO	UNIDADE	32.157
2550		CAPTAÇÃO DE VAGAS E COLOCAÇÃO DO TRABALHADOR NO MERCADO DE TRABALHO	TRABALHADOR COLOCADO	UNIDADE	493.000
Programa: 0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS					
Objetivo: <i>ASSENTAR FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS, POSSIBILITANDO O ACESSO DO HOMEM À TERRA</i>					
0061		CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - BANCO DA TERRA	ÁREA OBTIDA	HA	1.220.046
0062		CONCESSÃO DE CRÉDITO-INSTALAÇÃO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	50.000
2116		IDENTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS PASSÍVEIS DE DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO	IMÓVEL IDENTIFICADO	UNIDADE	2.410
5611		OBTENÇÃO DE TERRAS	ÁREA OBTIDA	HA	2.000.000
5608		PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO RURAL	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA	UNIDADE	50.000
2111		TITULAÇÃO DE TERRAS	IMÓVEL TITULADO	UNIDADE	60.000
Programa: 0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS					
Objetivo: <i>PROVER OS ASSENTAMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E DE PRODUÇÃO DE MODO A GARANTIR SUA SUSTENTABILIDADE PARA EMANCIPAÇÃO</i>					
5613		ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DE ASSENTADOS - LUMIAR/PRONERA	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	137.036
0060		CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - BANCO DA TERRA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	32.095
3667		INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PARA ASSENTAMENTOS RURAIS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	45.000
Programa: 0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL					
Objetivo: <i>AUMENTAR A OFERTA DE ÓLEO E GÁS NATURAL AO MERCADO</i>					
3314	0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE (ACRÉSCIMO DE 9.200 BOE/DIA) NA REGIÃO NORDESTE	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12
7201	9001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORTE (ACRÉSCIMO DE 760 BOE/DIA)	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	13



PROGRAMAS E AÇÕES			Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL					
Objetivo: AUMENTAR A OFERTA DE ÓLEO E GÁS NATURAL AO MERCADO					
3319	0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUDESTE (ACRÉSCIMO DE 156.312 BOE/DIA) NA REGIÃO SUDESTE	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	11
3320	0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO SUL (ACRÉSCIMO DE 9.400 BOE/DIA) NA REGIÃO SUL	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5
3312	0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM (RJ) (ACRÉSCIMO DE 128.000 BOE/DIA) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	6
3317	0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM SUL (RJ) (ACRÉSCIMO DE 108.000 BOE/DIA) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	8
7202	9001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE RONCADOR (RJ) (ACRÉSCIMO DE 126.000 BOE/DIA)	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	11
3315	0001	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NOS CAMPOS PETROLÍFEROS DO RIO URUCU LESTE DO RIO URUCU (AM) NO ESTADO DO AMAZONAS	SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	8
4393	0001	EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NACIONAL	POÇO EXPLORATÓRIO PERFURADO	UNIDADE	89
Programa: 0498 PANTANAL					
Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI, INCENTIVANDO ATIVIDADES ECONÔMICAS AMBIENTALMENTE COMPATÍVEIS COM O ECOSISTEMA					
3004	7777	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	2.000
3005	7777	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	10.000
3009	7777	GERENCIAMENTO DE RECURSOS FAUNÍSTICOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	PLANO IMPLANTADO	UNIDADE	5
3011	7777	IMPLANTAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DO PANTANAL - PANTANAL	RESERVA IMPLANTADA	HA	4.000.000
3012	7777	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2
3013	7777	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	8.000
3017	7777	IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRADAS PARQUE NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	ESTRADA-PARQUE IMPLANTADA	KM	78
3019	7777	IMPLEMENTAÇÃO DO GERENCIAMENTO DA PESCA E PROMOÇÃO DA AQUICULTURA NA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	22
3795	7777	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO DO PANTANAL	ROTEIRO ELABORADO	UNIDADE	2
3801	7777	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO DO PANTANAL	SINALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	2
Programa: 0668 PAZ NAS ESCOLAS					
Objetivo: REDUZIR A VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES NAS ESCOLAS DO PAÍS					
4273		APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DE JOVENS	ASSOCIAÇÃO APOIADA	UNIDADE	5
5396		CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	2.333
3809		CAPACITAÇÃO DE POLICIAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	POLICIAL CAPACITADO	UNIDADE	7.000
Programa: 0015 PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE					
Objetivo: REDUZIR A INCIDÊNCIA DA DENGUE E IMPEDIR A REURBANIZAÇÃO DA FEBRE AMARELA PELO CONTROLE DO AEDES AEGYPTI					
5598		ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	MUNICÍPIO BENEFICIADO	UNIDADE	4.000
Programa: 0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS					
Objetivo: PREVENIR E MANTER SOB CONTROLE AS DOENÇAS PASSÍVEIS DE IMUNIZAÇÃO					
4453		AQUISIÇÃO, ACONDICIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBOLÓGICOS	DOSE DISTRIBUÍDA	MILHAR	353.665
3877		AUTO-SUFICIÊNCIA NACIONAL EM IMUNOBOLÓGICOS	LABORATÓRIO APOIADO	UNIDADE	6



PROGRAMAS E AÇÕES			Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS					
Objetivo: PREVENIR E MANTER SOB CONTROLE AS DOENÇAS PASSÍVEIS DE IMUNIZAÇÃO					
4365	PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS		DOSE PRODUZIDA	UNIDADE	76.000.000
4383	VACINAÇÃO DA POPULAÇÃO		DOSE APLICADA	MILHAR	188.835
Programa: 0495 PROÁGUA - GESTÃO					
Objetivo: GARANTIR A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ÁGUA DE BOA QUALIDADE, COM A PROMOÇÃO DE SEU USO RACIONAL, VISANDO IMPEDIR QUE SUA ESCASSEZ RELATIVA IMPEÇA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL					
3027	0016	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - PROÁGUA NACIONAL ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO URUGUAI	PLANO ELABORADO	UNIDADE	1
1967	0020	DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DESPOLUIÇÃO DA LAGOA DA JANSEN - SÃO LUÍS - MA	PROJETO EXECUTADO	UNIDADE	1
2957	0001	FOMENTO A PROJETOS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NACIONAL	PROJETO APOIADO	UNIDADE	25
7901	0002	(VETADO)			
Programa: 0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA					
Objetivo: ASSEGURAR A AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE ÁGUA DE BOA QUALIDADE PARA O CONSUMO HUMANO E PARA A PRODUÇÃO, POR MEIO DA CONCLUSÃO DE OBRAS ESTRUTURANTES E PRIORITÁRIAS: BARRAGENS, AÇUDES E ADUTORAS					
1851	0103	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA AÇUDE JENIAPAO NO ESTADO DO PIAUÍ	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
1851	0107	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA AÇUDE SALINAS NO ESTADO DO PIAUÍ	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
1851	0063	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA ADUTORA ALTO SERTÃO NO ESTADO DE ALAGOAS	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
1851	0131	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA ADUTORA DO AGRESTE ALAGOANO NO ESTADO DE ALAGOAS	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
1851	1165	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA ADUTORA DO ITALUÍS	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	15
1851	0123	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA ADUTORA DO OESTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	8
1851	0121	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA ADUTORA JUCAZINHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	80
1851	0125	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM BERIZAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	14
1851	0129	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM DE ACAUA NO ESTADO DA PARAÍBA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	40
1851	0115	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM DO CASTANHAO NO ESTADO DO CEARÁ	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18
1851	0079	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM GOITATAPACURA/CARPINA NO ESTADO DE PERNAMBUCO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
1851	1047	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM GUARDA-MOR	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	20
1851	0075	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM MUCUTU NO ESTADO DA PARAÍBA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	28
1851	0105	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM PEDRA REDONDA NO ESTADO DO PIAUÍ	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
1851	0081	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM SANTA CRUZ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
1851	1063	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM SÃO BENTO - SC	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	40
1851	0083	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA BARRAGEM UMARI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	BARRAGEM CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	40
1851	0828	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA MACRO E MICRO DRENAGEM NO TABULEIRO DOS MARTINS - MACEIÓ - AL	MUNICÍPIO ATENDIDO	% EXECUÇÃO FÍSICA	20
1851	1072	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA PROÁGUA SEMI-ÁRIDO	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	32
1851	0085	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA PROJETO DAS BACIAS DO JEQUITINHONHA E PARDO NO ESTADO DE MINAS GERAIS	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	4
1852	0045	DESSALINIZAÇÃO DE ÁGUA - PROJETO ÁGUA BOA DESSALINIZAÇÃO DE ÁGUA - PROJETO ÁGUA BOA	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	1.167.660
Programa: 0509 PROBLEMA DA AMAZÔNIA					
Objetivo: AMPLIAR AS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA, TENDO POR BASE A BIODIVERSIDADE E A APLICAÇÃO DA BIOTECNOLOGIA, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO DA BIOINDÚSTRIA NA REGIÃO					



PROGRAMAS E AÇÕES			Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0509 PROBLEM DA AMAZÔNIA					
Objetivo: AMPLIAR AS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA, TENDO POR BASE A BIODIVERSIDADE E A APLICAÇÃO DA BIOTECNOLOGIA, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO DA BIOINDÚSTRIA NA REGIÃO					
4136	7777	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS DA REGIÃO AMAZÔNICA	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	17
3030	7777	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE BIOTECNOLOGIA NA AMAZÔNIA - PROBLEM	CENTRO DE BIOTECNOLOGIA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18
3572	7777	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA	CENTRO DE BIOTECNOLOGIA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	19
Programa: 0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM					
Objetivo: ELEVAR O PADRÃO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO ATENDIMENTO PRESTADO À POPULAÇÃO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, POR MEIO DA CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DE ENFERMAGEM E PELO FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DE SAÚDE					
3881		CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NA ÁREA DE ENFERMAGEM	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	18.283
3922		MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE MODERNIZADA	UNIDADE	14
5429		PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ÁREA DE ENFERMAGEM - PROFPAE	PROFISSIONAL QUALIFICADO	UNIDADE	26.530
Programa: 0094 PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL					
Objetivo: IMPLANTAR MODELO DE GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO.					
9624	7777	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTEGRADO DA REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.400
Programa: 0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA					
Objetivo: PROTEGER A AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA DE PRESSÕES AO MEIO AMBIENTE E DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ILÍCITAS, MEDIANTE VIGILÂNCIA PERMANENTE					
4091		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	121
6008		CONTRATAÇÃO DE SINAIS DE TELECOMUNICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO	SINAL/IMAGEM CONTRATADO	UNIDADE	416
1391		INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM SÍTIOS OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM	SÍTIO IMPLANTADO	UNIDADE	48
5525		OBRAS CIVIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM	ÁREA CONSTRUÍDA	M²	13.260
5523		SISTEMA DE AERONAVES DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM	AERONAVE ADQUIRIDA	UNIDADE	8
Programa: 0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Objetivo: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ADEQUADO AOS CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA					
2403	0001	FISCALIZAÇÃO DAS CENTRAIS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA NACIONAL	EMPRESA FISCALIZADA	UNIDADE	1.050
2404	0001	FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NACIONAL	EMPRESA FISCALIZADA	UNIDADE	65
2405	0001	FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSIONÁRIAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NACIONAL	EMPRESA FISCALIZADA	UNIDADE	24
1382	0001	IMPLANTAÇÃO DE REGISTRADORES AUTOMÁTICOS PARA MEDIÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS NACIONAL	REGISTRADOR IMPLANTADO	UNIDADE	200
1383	0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE AFERIÇÃO DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA NACIONAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	60
Programa: 0250 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES					
Objetivo: GARANTIR A QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES					
1366	0001	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NACIONAL	ESTAÇÃO INSTALADA	UNIDADE	41
1368	0001	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS POSTOS DE RÁDIO ESCUTA NACIONAL	POSTO INSTALADO	UNIDADE	7
2424	0001	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NACIONAL	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	273.492



PROGRAMAS E AÇÕES

		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS				
Objetivo: <i>ELEVAR O PADRÃO DE QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO ATENDIMENTO PRESTADO À POPULAÇÃO POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO GERENCIAL, FÍSICA E TECNOLÓGICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS</i>				
4291	ACREDITAÇÃO HOSPITALAR DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL	HOSPITAL ACREDITADO	UNIDADE	100
4311	AUDITORIA ANALÍTICA E OPERATIVA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	UNIDADE AUDITADA	UNIDADE	2.980
3853	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	32.437
1823	IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	UNIDADE IMPLANTADA/APARELHADA/AD EQUADA	UNIDADE	8.463
1837	IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	UNIDADE IMPLANTADA/APARELHADA/AD EQUADA	UNIDADE	382
Programa: 0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR				
Objetivo: <i>AUMENTAR A EMPREGABILIDADE DO TRABALHADOR, REDUZINDO OS RISCOS DE DESEMPREGO E SUBEMPREGO, E ELEVAR SUA PRODUTIVIDADE E RENDA</i>				
5421	QUALIFICAÇÃO DE IDOSOS E DE ATENDENTES DE IDOSOS	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	17.000
5424	QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS/ AUTOGESTIONADOS	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	444.469
5426	QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES DESOCUPADOS	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	2.222.343
5427	QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES SOB RISCO DE DESEMPREGO	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	666.703
5405	QUALIFICAÇÃO PARA MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES	EMPREENDEDOR QUALIFICADO	UNIDADE	1.111.172
Programa: 0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA				
Objetivo: <i>REAPARELHAR E ADEQUAR A ESTRUTURA DA FORÇA AÉREA ÀS NECESSIDADES DA DEFESA AÉREA</i>				
9702	REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	COMANDO REAPARELHADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	15
Programa: 0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL				
Objetivo: <i>REAPARELHAR E ADEQUAR A ESTRUTURA DA MARINHA ÀS NECESSIDADES DA DEFESA NAVAL</i>				
1944	MODERNIZAÇÃO DE MEIOS NAVAIS	NAVIO MODERNIZADO	UNIDADE	16
Programa: 0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO				
Objetivo: <i>REAPARELHAR E ADEQUAR A ESTRUTURA DO EXÉRCITO ÀS NECESSIDADES DA DEFESA TERRESTRE</i>				
3149	REVITALIZAÇÃO DE MATERIAIS DE EMPREGO MILITAR	MATERIAL REVITALIZADO	UNIDADE	2.500
Programa: 0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO				
Objetivo: <i>REDUZIR O DÉFICIT DE VAGAS NAS PENITENCIÁRIAS E PROMOVER A REINTEGRAÇÃO DO PRESO À SOCIEDADE</i>				
1844	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	VAGA CRIADA	UNIDADE	5.600
Programa: 0152 REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI				
Objetivo: <i>PROMOVER A REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI</i>				
1724	ASSISTÊNCIA SOCIOEDUCATIVA AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	25
1758	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA, JUSTIÇA E ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	7.336
1722	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	VAGA CRIADA	UNIDADE	400
1780	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO PARA REINSERÇÃO SOCIAL DO EGRESSO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	EGRESSO ASSISTIDO	UNIDADE	800



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0152 REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI				
Objetivo: <i>PROMOVER A REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI</i>				
1782	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO COM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA ADOLESCENTES	SERVIÇO IMPLANTADO	UNIDADE	17
Programa: 0119 SANEAMENTO BÁSICO				
Objetivo: <i>APOIAR TÉCNICA E FINANCEIRAMENTE AS AÇÕES DE SANEAMENTO A PARTIR DE CRITÉRIOS EPIDEMIOLÓGICOS PARA PREVENÇÃO DE CONTROLE DE AGRAVOS, BEM ASSIM ATENDER MUNICÍPIOS COM ATÉ 30.000 HABITANTES.</i>				
3860	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA CONTROLE DE AGRAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	132.065
3861	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONTROLE DE AGRAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	435.066
3859	IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DE AGRAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	50.500
3984	IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA CONTROLE DE AGRAVOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	328.900
Programa: 0122 SANEAMENTO É VIDA				
Objetivo: <i>MELHORAR A QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO PELAS CONCESSIONÁRIAS PÚBLICAS E PRIVADAS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES</i>				
0414	FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DO SISTEMA DE SANEAMENTO	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	68.246
Programa: 0027 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO				
Objetivo: <i>REDUZIR A MORBIMORTALIDADE DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE</i>				
3906	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE BANCOS DE LEITE HUMANO	BANCO DE LEITE HUMANO IMPLANTADO	UNIDADE	10
5602	MULTIVACINAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE	CRIANÇA VACINADA	UNIDADE	15.700.000
Programa: 0001 SAÚDE DA FAMÍLIA				
Objetivo: <i>AMPLIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE TENDO AS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA COMO EIXO ESTRUTURANTE</i>				
0587	ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BÁSICO COM O PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, REFERENTE À PARTE FIXA NOS MUNICÍPIOS EM GESTÃO PLENA DA ATENÇÃO BÁSICA	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	168.288.000
3851	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	135.000
0589	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS À PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB, PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA	EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA MANTIDA	UNIDADE	17.000
Programa: 0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS				
Objetivo: <i>MELHORAR A QUALIDADE DOS ALIMENTOS, BEBIDAS E CORRELATOS OFERTADOS AOS USUÁRIOS</i>				
2120	ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO EM INDUSTRIAS DE ALIMENTOS	ESTABELECIMENTO QUALIFICADO	UNIDADE	352
2145	INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	UNIDADE	4.130
2148	PADRONIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PRODUTO PADRONIZADO	UNIDADE	11
2164	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	23
2163	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BENEFICIAMENTO, PROCESSAMENTO E PRESERVAÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	4
Programa: 0471 SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO				
Objetivo: <i>AMPLIAR A CAPACIDADE LOCAL E REGIONAL PARA GERAR E DIFUNDIR O PROGRESSO TÉCNICO, VISANDO À COMPETITIVIDADE ECONÔMICA E À QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO</i>				
4151	FOMENTO À GERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	9



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta
Programa: 0471 SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO				
Objetivo: AMPLIAR A CAPACIDADE LOCAL E REGIONAL PARA GERAR E DIFUNDIR O PROGRESSO TÉCNICO, VISANDO À COMPETITIVIDADE ECONÔMICA E À QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO				
4199	FOMENTO À GESTÃO DE INCUBADORAS E PARQUES TECNOLÓGICOS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	20
4154	FOMENTO A PARQUES TECNOLÓGICOS ARTICULADOS COM OS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	3
4159	FOMENTO A PROCESSOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA BASEADOS EM OPORTUNIDADES E CAPACIDADES LOCAIS	PROJETO APOIADO	UNIDADE	6
Programa: 0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II				
Objetivo: INCREMENTAR O GRAU DE INSERÇÃO DO PAÍS NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO GLOBALIZADOS				
4202	APOIO AO FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS DE SOFTWARE PARA EXPORTAÇÃO	VALOR EXPORTADO	R\$	99.000.000
4138	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS EM INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO AVANÇADA	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA	UNIDADE	12
4212	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS E DE MICROESTRUTURAS	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	18
4141	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE SOFTWARE	EMPRESA ATENDIDA	UNIDADE	31
4166	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES DE PROCESSAMENTO DE ALTO DESEMPENHO (PAD)	PROJETO APOIADO	UNIDADE	32
4172	MANUTENÇÃO DA REDE NACIONAL DE PESQUISA	PONTO DE REDE MANTIDO	UNIDADE	214.322
4186	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE INFORMÁTICA	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	13
3491	REDE NACIONAL DE PESQUISA - INTERNET II	NÓS DE REDE INSTALADO	GIGAPOP	4
Programa: 0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS				
Objetivo: PROTEGER A INTEGRIDADE TERRITORIAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL DAS SOCIEDADES INDÍGENAS				
4390	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	REGULARIZAÇÃO EFETIVADA	HA	700.000
Programa: 0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS				
Objetivo: PRESTAR O SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS E MELHORAR OS SISTEMAS PARA SUAS TRANSFERÊNCIAS AOS GOVERNOS LOCAIS				
5319	0001 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA LINHA 1 - TRECHO CAUCAIA - VILA DAS FLORES	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	27
5860	7777 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS	TRECHO CONSTRUÍDO	% EXECUÇÃO FÍSICA	20
5752	0001 EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE TRECHO SAPUCAIA - SÃO LEOPOLDO	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	7
5753	9001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE IMPLANTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ DE BELO HORIZONTE - TRECHO SÃO GABRIEL - VIA NORTE	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	38
5754	0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE DO METRO - TRECHO RECIFE - CAJUEIRO SECO COM MELHORAMENTOS NA LINHA SUL	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	40
5754	0003 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE TRECHO TIP - TIMBI	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30
5366	0001 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR DO METRO - TRECHOS CALÇADA - PARIPE / LAPA - PIRAJÁ	TRECHO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	47
Programa: 0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO				
Objetivo: GARANTIR A SEGURANÇA HÍDRICA INDISPENSÁVEL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA FAIXA DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA DO NORDESTE SETENTRIONAL				
5585	0002 AFLUENTES DO RIO SÃO FRANCISCO E INTEGRAÇÃO ÀS BACIAS DO NORDESTE AFLUENTES DO RIO SÃO FRANCISCO E INTEGRAÇÃO ÀS BACIAS DO NORDESTE	PROJETO APOIADO	UNIDADE	1
3690	7777 CONSTRUÇÃO DE ADUTORES	ADUTOR CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	12
3691	7777 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE BOMBEAMENTO	UNIDADE DE BOMBEAMENTO CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	35
Programa: 0423 TURISMO NO NORDESTE				
Objetivo: AUMENTAR O FLUXO TURÍSTICO, A TAXA DE PERMANÊNCIA E O GASTO DE TURISTAS NA REGIÃO NORDESTE				
6708	7777 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO NORDESTE	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	48



PROGRAMAS E AÇÕES		Produto	Unidade Medida	Meta	
Programa: 0423 TURISMO NO NORDESTE					
<i>Objetivo: AUMENTAR O FLUXO TURÍSTICO, A TAXA DE PERMANÊNCIA E O GASTO DE TURISTAS NA REGIÃO NORDESTE</i>					
6707	7777	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO NORDESTE	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	25.000
3796	7777	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO NORDESTE	ROTEIRO ELABORADO	UNIDADE	52
3802	7777	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO NORDESTE	SINALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	27
Programa: 0500 TURISMO VERDE					
<i>Objetivo: PROMOVER O ECOTURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA LEGAL</i>					
3034	7777	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA EM ECOTURISMO NA AMAZÔNIA - PROECOTUR	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	99
3035	7777	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ECOTURISMO NA AMAZÔNIA - PROECOTUR	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.080
3036	7777	ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA - PROECOTUR	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	13
3793	7777	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A AMAZÔNIA	ROTEIRO ELABORADO	UNIDADE	2
3799	7777	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA AMAZÔNIA	SINALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	1
Programa: 0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO					
<i>Objetivo: PROMOVER A VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA NO QUE CONCERNE À SUA SAÚDE, INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL</i>					
2559		ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	287.074
0573		PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA A PESSOA IDOSA	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	518.990
0561		PAGAMENTO DE RENDA MENSAL VITALÍCIA POR IDADE	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	286.290
5600		VACINAÇÃO DE IDOSO COM 60 ANOS DE IDADE OU MAIS	IDOSO IMUNIZADO	MILHAR	13.900
Programa: 0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO					
<i>Objetivo: PROMOVER O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DE REGIÕES SELECIONADAS, COMO FORMA DE CONSOLIDAR O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DE FORMA SUSTENTÁVEL</i>					
5444	7777	DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS PARA O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NACIONAL	METODOLOGIA DESENVOLVIDA	UNIDADE	1
2970	7777	GESTÃO INTEGRADA DOS AMBIENTES COSTEIROS E MARINHOS	ÁREA MONITORADA	KM²	6
1871	7777	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO VALE DO SÃO FRANCISCO	ZONEAMENTO CONCLUÍDO	KM²	325.000